

5 — *Opinião sem reservas.* — Em nossa opinião, a informação financeira constante dos documentos de prestação de contas mencionados no ponto 1 acima:

i) Apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes a posição financeira do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, S. A., e do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, S. A., e subsidiárias em 31 de Dezembro de 1993, bem como os correspondentes resultados das suas operações e fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário (nota n.º 2);

ii) Satisfaz, em todos os aspectos materialmente relevantes, os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 1994. — Magalhães, Neves & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*. 3000203552

PORTO

VILA DO CONDE

PROHOLDING — SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S. A.

Sede social: Gândara, Mindelo

Capital social: 1 600 000 000\$

Conservatória do Registo Comercial de Vila do Conde. Matrícula n.º 461/801001; identificação de pessoa colectiva n.º 500690740; inscrições n.ºs 17 e 18; números e data das apresentações: 30 e 31/28 de Abril de 1995.

João Baptista Martins Carneiro, segundo-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Vila do Conde:

Certifica, para fins no disposto nos artigos 71.º e 72.º do Código do Registo Comercial, que as cópias anexas são a reprodução integral da acta n.º 6, de 31 de Março de 1995, do balanço analítico, demonstração dos resultados, anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, certificação legal das contas, parecer do conselho fiscal e relatórios de auditores externos, respeitantes à prestação de contas consolidadas e não consolidadas do exercício de 1994.

Foram depositados os documentos na pasta respectiva.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Vila do Conde, 4 de Maio de 1995. — O Segundo-Ajudante, *João Baptista Martins Carneiro*.

Relatório e contas de 1994

Mensagem do administrador-delegado

O Grupo ProHolding constitui hoje um conjunto relativamente homogéneo de pequenas empresas, em torno de um núcleo industrial actuando nos sectores da química ligeira e da transformação de plásticos, e que detém posições de liderança em vários nichos de mercado.

Em relatórios anteriores fomos sucessivamente abordando o nosso entendimento sobre o papel da empresa-mãe e sobre a cultura comum aos actuais negócios do Grupo.

É altura de, com base na visão e vontade presentes, e no conjunto dos nossos valores essenciais, explicitar aquilo que julgamos saber fazer e conceptualizar as bases do nosso futuro próximo, de forma ambiciosa mas realista.

Qualquer hipótese de o Grupo vir a desempenhar um papel minimamente relevante no tecido empresarial que nos rodeia, implicará o aperfeiçoamento permanente da sua consciência colectiva sobre alguns pressupostos de sucesso, absolutamente imprescindíveis para se atingir tal objectivo (e aliás cada vez mais básicos para se poder sequer permanecer no negócio). São pressupostos que valem pelo seu conjunto, isto é, que pretendemos praticar em simultâneo, de forma coerente e integrada.

Em nosso entender eles incluem, pelo menos:

Uma política global de procura incessante de qualidade, na criação de valor, no serviço, nos produtos e nos processos, na postura e no posicionamento ético, criada, aferida e praticada por todos e por cada um dos membros do grupo, reconhecida e valorizada pelos nossos parceiros de negócio;

Um empenhamento obsessivo em oferecer um serviço integrado a clientes, em melhoria contínua, com objectivos quantificados e mensuráveis, e que antecipe e exceda permanentemente as suas expectativas e necessidades;

Uma preocupação a todos os níveis, em recrutar, formar, avaliar e fazer co-evoluir as pessoas no Grupo, os homens e mulheres que em cada dia optam por fazer parte deste clube, envolvendo-as em co-determinação do seu futuro e do futuro do Grupo. Isso implica investir continuamente no seu desenvolvimento técnico e social, mantendo a sua individualidade, e sobretudo promover a construção e afinação de visões partilhadas e bem interiorizadas sobre os valores, os objectivos, os procedimentos e todos os pequenos porquês das inúmeras decisões concretas que individualmente cada uma delas é chamada a assumir diariamente;

Uma inovação diferenciadora, investindo em novas tecnologias, novos produtos e novos processos, de melhor relação custo-*performance*, submetendo-os no tempo certo ao julgamento do mercado, canibalizando se necessário e sem piedade os actuais;

Uma responsabilidade social indeclinável perante as alterações que promovemos no ambiente que nos rodeia, e as condições de segurança e saúde em que as realizamos, de forma a não limitar (e se possível mesmo ampliar) as opções disponíveis para as gerações futuras;

A procura deliberada de um crescimento rápido, tanto orgânico como por aquisições, que permita melhorar globalmente a nossa competitividade na criação de valor, nomeadamente através da redução de custos unitários no *marketing*, na investigação, no aprovisionamento, nos processos de transformação de materiais e na logística. A experiência dos últimos anos mostra que melhorámos as nossas condições de exploração sempre que assim evoluímos;

E a internacionalização das nossas actividades, que permita alargar nos dois sentidos as áreas de cooperação com os nossos parceiros de negócios, quer absorvendo experiências, tecnologias e formas de organização mais avançadas, quer rentabilizando as que possuímos e nos interessa disponibilizar, quando se revelem adequadas a outras necessidades locais.

Desenvolveremos em seguida cada um destes factores de sucesso, procurando esclarecer para dentro e para fora do Grupo, algumas das ideias base que norteiam a nossa actuação.

1 — Qualidade

Uma cultura que permita questionar permanentemente as realidades e os procedimentos instalados é um pressuposto essencial do desenvolvimento das organizações, tanto em processos de melhoria contínua como na gestão atempada de descontinuidades. É sobretudo um problema de atitude, de procura criativa do óptimo em cada momento, de simultaneamente questionar a necessidade e os fundamentos (o valor) do que se faz, por que se faz e como se faz.

Um ambiente de qualidade total descentraliza responsabilidades e competências, promove o envolvimento de todas as pessoas a todos os níveis nos fundamentos do negócio e vai galgando sucessivamente objectivos cada vez mais ambiciosos, promovendo o espírito de equipa e a dinâmica de sucesso.

Um sistema eficaz de garantia da qualidade responde às necessidades e expectativas dos clientes e simultaneamente protege os interesses da empresa, aumenta os benefícios, reduz custos e reduz riscos para todos os intervenientes.

A certificação do sistema de garantia da qualidade de uma empresa (com base nas normas da série ISO 9000 ou equivalentes) é já em muitos casos um requisito-base imprescindível para se poder sequer ser considerado potencial fornecedor, e esta tendência generalizar-se-á rapidamente até ao fim do século.

A curto prazo porém continua a ser uma vantagem comparativa em muitos negócios, e deve portanto ser prosseguida e considerada como tal.

O Grupo começou já a ver reconhecidos os resultados da política de qualidade que adoptou em tempo útil. A Proadec — Produtos Químicos viu o seu sistema de qualidade ser certificado segundo a norma NP EN 29002 (ISO 9002), em Janeiro de 1995, enquanto a Isar-Rakoll prevê que o mesmo ocorra ainda na primeira metade deste ano. Ambas

as empresas são as primeiras a ser certificadas em Portugal nos respectivos negócios. A certificação está a ser progressivamente alargada às outras empresas do Grupo.

2 — Serviço

Acreditamos firmemente que as empresas só ganham direito a existir, quando produzem um bem ou um serviço a que outros atribuem um valor superior ao que ele custa a produzir. E o valor, quase sempre tão subjectivo, está intimamente condicionado por variáveis intangíveis, permanentemente avaliadas por cada cliente nas diferentes interfaces em que interacciona com o fornecedor.

O nível de serviço é para nós uma preocupação essencial da gestão de topo de cada negócio, transmitida pelo exemplo, pelo entusiasmo, pela dedicação, e cuja face visível tem que ser dominada e praticada individualmente por cada um dos membros do clube. A apresentação, a pontualidade, a cortesia, a atitude positiva, o interesse genuíno e a eficiência na resolução de problemas, as respostas informadas e atempadas a pedidos de esclarecimento ou reclamações, a honestidade, abertura e verdade no relacionamento, a comunicação proactiva, a acção imediata dando a cara na reparação de deficiências, os pequenos extras que excedem as expectativas e a atenção aos pequenos detalhes, etc., são simples questões de bom senso que cada vez mais farão a diferença entre as empresas (grupos) de sucesso continuado e as outras. E que só dependem da capacidade da gestão em conseguir que elas se estendam a todos os níveis da organização.

Os inquéritos a clientes e os diagnósticos internos sobre valores e cultura do Grupo são bem explícitos e concordantes: ao longo dos anos fomos desenvolvendo uma cultura de serviço, quase obsessiva, que é reconhecida, e que teve um papel fundamental na nossa evolução. Queremos continuar a aperfeiçoar essa realidade de serviço, que a creditamos venha a ter um efeito ainda maior no nosso futuro.

3 — As pessoas

Conceber uma organização como um sistema social significa atribuir às pessoas, individualmente e em equipa, a razão fundamental da existência do sistema e um papel determinante na sua evolução. Um sistema social tem por isso objectivos próprios, mas é simultaneamente constituído por partes (subsistemas ou indivíduos) e é parte constituinte de outros sistemas mais vastos, todos eles também dotados dos seus objectivos específicos.

É da capacidade de conjugar em simultâneo estes interesses, de satisfazer em paralelo (a diferentes níveis) objectivos e interesses eventualmente antagónicos, em suma, a capacidade de v exceder ao mesmo tempo as expectativas de todos os *stakeholders*, que depende do desenvolvimento e o sucesso da organização.

Mais do que informar ou mesmo consultar previamente, é para a nossa cultura imprescindível envolver as pessoas da organização na análise dos problemas e na tomada das decisões que de alguma forma afectem o seu desempenho e a qualidade do seu ambiente de trabalho, sob pena de alienar um activo com valor (o seu conhecimento directo do problema e a sua capacidade de contribuir para uma solução melhorada) ou de vir a dificultar a sua implementação.

As pessoas do Grupo, os membros do Clube, são assim ao mesmo tempo o objecto e os agentes do desenvolvimento da organização, exercendo cada uma e todas elas uma influência não despidiça na co-determinação da evolução do conjunto. Só agindo em conformidade com esta visão, será possível captar novos aderentes, que contribuam para enriquecer o conhecimento do Grupo e alargar o seu espaço de intervenção.

Aperfeiçoando continuamente o nosso sistema de integração e desenvolvimento de pessoas e competências, trabalhámos durante o ano os resultados de um diagnóstico de clima social que permitiu aferir o nível de adesão e mesmo da própria definição do quadro axiológico do Grupo. Em consequência têm vindo a ser implementadas medidas de afinação dos canais de comunicação formais e informais e foi possível empreender alterações de estrutura, nomeadamente através da redefinição e compressão dos grupos de qualificação de 12 para sete, o que permite aos indivíduos e às equipas adquirir maior consciência do quadro objectivo de competências que devem dominar, conhecimentos, habilidade e atitude, concedendo-lhes afinal espaço para a gestão e desenvolvimento das suas expectativas.

4 — Inovação

Num contexto em permanente mudança, é lugar comum considerar a inovação como um factor-chave de sucesso. De facto, a disponibilização de informação atempada a custo reduzido, as crescentes faci-

lidades de comunicação e de movimentação física, o progresso tecnológico nos materiais e nos processos, e o apurar de uma concorrência global, geram todos os dias novas exigências ou requerem o aperfeiçoar da satisfação de velhas necessidades, num clima de optimização contínua que não é compatível com qualquer ineficiência, por mais irrelevante que possa parecer.

Só os melhores (mais eficientes) em cada momento, terão direito a ambicionar fornecer o produto ou o serviço. Só reconcebendo constantemente o produto ou o serviço ideal e a fábrica ou escritório ideal, em face de requisitos e recursos em aperfeiçoamento contínuo, será possível manter posições de liderança nos mercados.

Assim, encurtam-se os ciclos de vida dos produtos e desenvolvem-se processos mais flexíveis, que por exemplo (em processos descontínuos) permitam quantidades mínimas por carga cada vez mais pequenas, com menor tempo de preparação de máquina e de produção, a custo mais baixo e menos agressivos para o homem e para o ambiente.

Como exemplos, é de referir que pelo terceiro ano consecutivo a Isar-Rakoll realizou mais de 25% das suas vendas com produtos lançados no mercado nos últimos três anos, ao mesmo tempo que participa em quatro projectos europeus de desenvolvimento cooperativo, com empresas industriais e centros de investigação de mais cinco países da União Europeia, no âmbito do programa Brite-Euram/Craft.

E a Proadec — Materiais de Revestimento desenvolveu durante o ano 560 novas cores e padrões impressos para as suas orlas, mantendo as linhas de desenvolvimento de novos produtos a trabalhar também a quatro turnos, para poder dar resposta no mais curto espaço de tempo. Mas o tempo médio de resposta foi ainda de 11 dias, e a empresa procura agora reduzi-lo para metade.

5 — Ambiente

Não é possível conceber e realizar hoje em dia qualquer actividade humana equacionar as suas consequências ambientais.

Não se trata apenas de preservar activos finitos, materiais (terra, ar e água), ou energéticos, de não adulterar a qualidade de vida à nossa volta, ou de não limitar as opções em aberto para as gerações vindouras. É sobretudo a imprescindibilidade de considerar as implicações globais (verdadeiramente à escala planetária) de quaisquer processos locais e suas interdependências.

O ambiente terrestre é, sob o ponto de vista de trocas de matéria, um sistema quase fechado, com vida e evolução próprias, em fluxo permanente, independentemente da influência da espécie humana. O problema não é portanto não influenciar a evolução do ambiente (mantê-lo estático como hoje está), mas antes permitir a sua co-evolução sustentável. Permitir à Natureza, com os seus ritmos próprios, absorver e processar os produtos da actividade humana, e evoluir em conjunto com os processos mecânicos e biológicos (cada vez mais interpenetrados) desenvolvidos pelo homem. Não é possível existir de forma consciente sem levar em consideração estas condicionantes.

A generalidade das nossas empresas industriais começou apenas este ano a equacionar os seus balanços de massa e energia, medindo os fluxos de entrada e saída de materiais sólidos (papel, plástico, metal, etc.), líquidos (efluentes aquosos e outros) e gasosos. A consciência colectiva que se desenvolveu apenas com a quantificação desses fluxos, permitiu de imediato implementar novos procedimentos destinados a reduzir o consumo, reutilizar sempre que possível e permitir uma reciclagem eficaz dentro ou fora das nossas instalações.

Pretendemos este ano realizar as primeiras auditorias ambientais, analisando e avaliando a nossa realidade actual, para depois implementar as recomendações aplicáveis.

6 — Crescimento

Uma visão organicista da empresa considera o crescimento como natural e imprescindível para a sua sobrevivência.

Temos recusado o crescimento pelo crescimento, rejeitando a diversificação a qualquer preço, evitando acrescentar ramos que possam secar mais depressa do que os outros possam frutificar, ou que drenem a árvore toda. Procuramos salvaguardar os nossos níveis históricos de rentabilidade (de facto, procuramos mesmo melhorá-los), os quais consideramos indispensáveis para podermos manter a capacidade de decidir estratégias. Só nos interessa um crescimento que acrescente valor, que signifique um desenvolvimento da organização e dos seus elementos.

Mas na nossa experiência, o crescimento que temos protagonizado ajudou a melhorar a nossa produtividade, a criar valor para todos os nossos *stakeholders* e tem colocado desafios organizacionais que

contribuem para o nosso desenvolvimento. Assim, prosseguiremos um objectivo de crescimento, como meio indispensável para sobreviver numa economia global, para gerar emprego e criar e distribuir riqueza.

Em paralelo com o crescimento orgânico por expansão dos negócios em que já actuamos, procuraremos alargar o nível de cooperação com novos parceiros em novos negócios, que sejam compatíveis com os objectivos aqui detalhados e coerentes com as nossas capacidades.

Uma taxa de crescimento anual de dois dígitos é um mínimo absolutamente indispensável para realizar esta visão, mas um ritmo da ordem do que obtivemos este ano é fortemente desejável, devendo eleger-se como meta para os próximos anos.

7 — Internacionalização

Os nichos de mercado têm cada vez menos a ver com considerações geográficas. A aldeia global está cada vez mais pequena. Derrubaram-se barreiras proteccionistas, aumentam linearmente as trocas de bens e serviços e aumentam exponencialmente os fluxos de informação, que geram novas necessidades de desenvolvimento em novos espaços. Os novos requisitos e os novos graus de liberdade requerem a mobilização rápida de capacidades e do saber-fazer transnacional. Pessoas, bens e informação viajam em maior quantidade e com custos cada vez mais reduzidos.

A nova ordem económica será fisicamente dispersa, impulsionada pela informação e requererá desenvolvimento crescente de parceiros múltiplos.

Inserido numa pequena economia de desenvolvimento médio em fase de integração em espaço mais vasto, o Grupo deverá ampliar o âmbito da cooperação internacional, continuando a recorrer sem complexos a ligações com parceiros mais evoluídos (que aportem saber-fazer tecnológico, de mercado ou organizacional), ao mesmo tempo que reconhece a sua actual capacidade de contribuir ele próprio para o desenvolvimento de outras economias em estádios diferentes de desenvolvimento.

Cooperando actualmente de forma institucionalizada com parceiros de negócios em Espanha, Alemanha, Estados Unidos e Coreia do Sul, e exportando os nossos produtos para mais de 30 países nos cinco continentes, procuraremos agora alargar a nossa cooperação externa.

Em 1994 as exportações representaram já 40% do volume de negócios do Grupo. Por outro lado, celebrámos o primeiro acordo num país do Magreb, envolvendo cooperação comercial, apoio tecnológico e o estudo conjunto de dois projectos de investimento, que se admite possam vir a originar duas novas unidades produtivas. E temos em estudo, embora em fase mais atrasada, um projecto idêntico num grande país da Ásia.

Em conclusão

O Grupo constitui hoje um sistema social aberto e multiplamente interactivo, de competências distribuídas, com papeis de liderança partilhada, formado por pessoas com capacidade de trabalhar em conjunto e de resolver problemas ao nível de equipa e com procedimentos endémicos auto-organizativos que emergem da interacção das suas empresas, dos seus colaboradores e das respectivas envolventes.

Com uma cultura colectiva que espelha aqueles valores essenciais, a sua evolução futura não tem que estar condicionada pelos segmentos química e plásticos, nem sequer autolimitar-se a actividades industriais. Mas deverá centrar-se em negócios:

De bens intermédios, intensivos em serviço;

Continuados, que valorizem essa capacidade de desenvolver uma relação estável com o cliente, em detrimento de negócios esporádicos ou do tipo *hit-and-run*;

Que requeiram capacidade para resolver problemas específicos, nomeadamente através de inovação e desenvolvimento em equipa;

Que permitam posicionamento diferenciado, isto é, que se evidenciem da concorrência no valor que acrescentam à comunidade, nomeadamente contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida;

E naturalmente que, com respeito pela dignidade do homem, pela honestidade e ética profissional, pela protecção do ambiente e pelos outros valores acima referidos, permitam ao Grupo crescer e gerar meios que desenvolvam as suas capacidades colectivas e satisfaçam as aspirações e desejos individuais de todos os seus *stakeholders*.

Acreditamos que estamos agora em condições de acelerar o nosso desenvolvimento, com base nas ideias acima expressas.

O Administrador-Delegado.

Relatório do conselho de administração

Srs. Accionistas:

Em cumprimento da lei e dos nossos estatutos, vimos apresentar a VV. Ex.ªs o relatório de gestão e as contas relativos ao exercício de 1994.

1 — Introdução

Este relatório refere-se exclusivamente às contas sociais da ProHolding — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., empresa-mãe do grupo ProHolding. Uma visão completa do grupo e das suas participadas é apresentada no relatório e contas consolidadas.

O volume de negócios, meios libertos totais e resultados líquidos depois de impostos foram, respectivamente 179, 238 e 190 mil contos, ou seja, menos 1% e mais 12% e 21% do que no ano transacto.

2 — Condições de exploração

A ProHolding presta serviços técnicos de administração e gestão no perímetro das empresas do grupo, sendo responsável pela gestão dos recursos humanos, sistema de informação e assessoria jurídica e fiscal, assegurando naturalmente também o controle de gestão.

Não se verificaram alterações significativas na estrutura funcional definida no ano anterior, tendo o acréscimo nas despesas com pessoal sido de 6%. As receitas financeiras ascenderam a cerca de 182 000 contos, a quase totalidade respeitante a dividendos e juros de suprimentos recebidos.

3 — A situação financeira da empresa

A evolução financeira da empresa nos últimos quatro anos é retratada pelos seguintes indicadores:

(Em milhares de escudos)

	1994	1993	1992	1991 (a)
Capitais próprios	2 197	2 120	2 058	1 973
Activo total	2 247	2 259	2 224	2 055
Autonomia financeira (percent.) ..	97,7	93,8	92,5	96,0
Liquidez geral	2,05	0,71	0,67	2,41

(a) Proadec — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.

4 — Investimentos

O investimento contabilizado durante o exercício totalizou 40 000 contos, dos quais 20 000 contos se referem a imobilizado corpóreo, incluindo um novo sistema informático. O restante diz respeito aos seguintes investimentos financeiros:

Subscrição ao par de 11 054 novas acções no aumento de capital, para 40 000 contos, da Epoli — Espumas de Polietileno, S. A., em 23 de Dezembro, ficando a deter 79,26% do capital social;

Subscrição ao par de 9000 novas acções no aumento de capital para 40 milhões de contos da Sonae Investimentos SGPS, S. A., realizado no 1.º trimestre do ano.

5 — Comportamento em bolsa das acções da sociedade

Durante o ano a cotação das acções da vossa empresa na BVL/Contínuo Nacional cresceu mais de 100%, de 1110 a 2230 escudos, enquanto as quantidades transaccionadas cresceram cerca de 23%, de 91 mil para 112 mil acções. A liquidez manteve-se muito reduzida, com um TR da ordem de 7% e o índice de frequência FR2 variou ao longo dos meses entre um mínimo de 74,1% e um máximo de 92,5%.

A subida na cotação é assim muito significativa, tanto em termos absolutos como quando comparada com evoluções da ordem de 8% registadas nos índices BVL — Geral e INC, conforme indicado no gráfico anexo.

Quanto à reduzida liquidez, a empresa prevê poder passar a intervir directamente no mercado, na sequência da alteração do regime de aquisição de acções próprias das SGPS (Decreto-Lei n.º 318/94) e do pedido de autorização agendado para a próxima assembleia geral, ao mesmo tempo que tem em estudo a possibilidade de celebrar contratos de liquidez com operadores do mercado.

De referir finalmente que desde o início deste ano, a cotação atingiu já um máximo de 3050\$.

6 — Outros factos a relevar

Em consequência da subida registada na cotação em bolsa dos títulos contabilizados em aplicações financeiras, foi anulada a provisão constituída em anos anteriores no montante da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado em 31 de Dezembro, tendo daí resultado um proveito extraordinário de 7736 contos.

De referir também que em consequência da operação de fusão-cisão realizada em Dezembro último pela nossa associada Indasa — Indústria de Abrasivos, S. A., nos foram atribuídas 6766 acções da empresa Indasa II — Comércio e Serviços, S. A., em resultado do seu aumento de capital de 51 para 70 000 contos.

Em 2 de Janeiro foram renovados os contratos de prestação de serviços técnicos de administração e gestão, com as participadas Isar-Rakoll Chemie Portuguesa, S. A., Proadec — Materiais de Revestimento, S. A., Proadec — Produtos Químicos, S. A., e Epoli — Espumas de Polietileno, S. A., que se mantinham em vigor no fim do exercício.

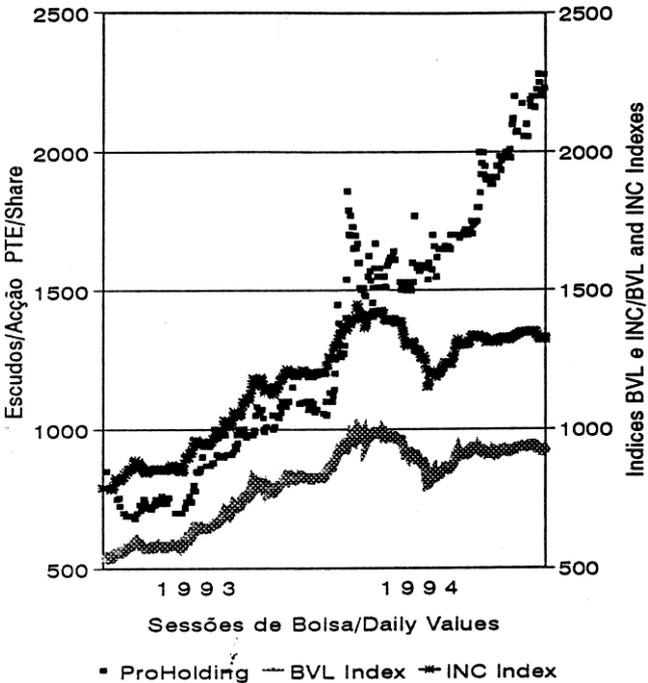
Não existem dívidas em mora para com o Estado ou instituições de previdência.

7 — Perspectivas futuras

As receitas com prestações de serviços deverão crescer cerca de 4%, não acompanhando integralmente o crescimento dos custos com pessoal. Por outro lado, os proveitos financeiros aumentarão ligeiramente, dadas as propostas de distribuição de dividendos relativas a 1994 já aprovadas nas assembleias gerais das nossas participadas. Assim, prevê-se para 1995 um resultado corrente da mesma ordem de grandeza do deste ano.

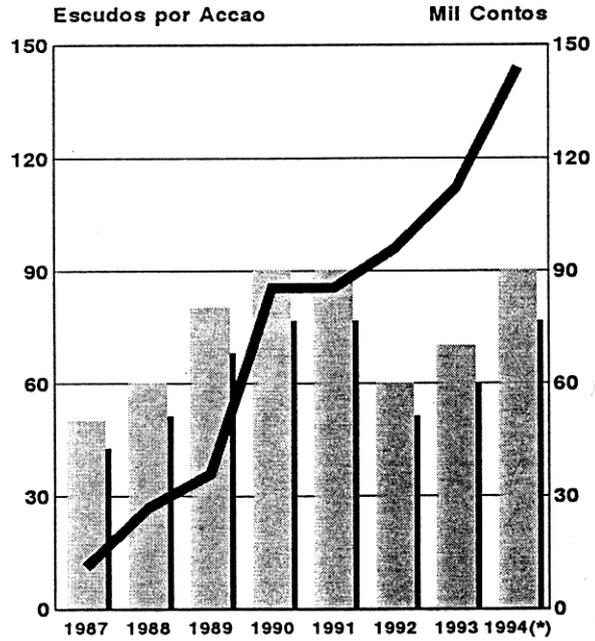
ProHolding SGPS, S. A.

Cotações na BVL e Contínuo Nacional em 1993 e 1994



Proadec SGPS, S. A./ProHolding SGPS, S. A.

Dividendos distribuídos



— Mil Contos █ Escudos por Accao (*) Proposta do CA

8 — Resultados

Conforme consta do balanço e contas o resultado líquido do exercício ascende a 189 882 559\$30.

9 — Proposta de aplicação de resultados

Mantendo a evolução crescente do montante destinado a dividendos, o conselho de administração propõe à assembleia geral, nos termos legais e estatutários, a distribuição de um dividendo ilíquido de 90\$ por acção.

Nestes termos, é a seguinte a sua proposta de aplicação de resultados:

- Reserva legal — 9 495 000\$;
- Dividendos — 144 000 000\$;
- Reservas livres — 36 387 559\$30.

Finalmente queremos manifestar o nosso agradecimento ao conselho fiscal, aos trabalhadores da empresa e das empresas participadas, e a todas as outras entidades públicas e privadas, directa ou indirectamente relacionadas com o Grupo ProHolding, pela colaboração prestada, que foi determinante nos resultados obtidos.

Vila do Conde, 21 de Fevereiro de 1995. — O Conselho de Administração: *Belmiro Mendes de Azevedo*, presidente — *José Joaquim Romão de Sousa*, administrador-delegado — *Benjamim Pinho dos Santos*, vogal.

Balanço em 31 de Dezembro de 1994

ACTIVO

Código das contas	1994			1993	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido	
Imobilizado:					
Imobilizações incorpóreas:					
431	Despesas de instalação	31 915 474	31 663 633	251 841	3 173 043

Código das contas		1994			1993
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
432	Despesas investigação e desenvolvimento	10 324 358	10 324 358	—	—
433	Propriedade industrial e outros direitos	6 651 773	3 575 885	3 075 888	2 383 923
		<u>48 891 605</u>	<u>45 563 876</u>	<u>3 327 729</u>	<u>5 556 966</u>
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	33 146 727	—	33 146 727	33 146 727
422	Edifícios e outras construções	346 344 675	175 742 596	170 602 079	186 288 745
423	Equipamento básico	18 623 236	14 747 486	3 875 750	4 709 452
424	Equipamento de transporte	20 158 368	12 961 276	7 197 092	5 157 184
426	Equipamento administrativo	74 787 872	48 295 816	26 492 056	16 593 187
429	Outras imobilizações corpóreas	5 565 101	3 623 391	1 941 710	2 532 367
441/6	Imobilizações em curso	471 240	—	471 240	—
448	Adiantam. por conta imobiliz. corpóreas	320 000	—	320 000	320 000
		<u>499 417 219</u>	<u>255 370 565</u>	<u>244 046 654</u>	<u>248 747 662</u>
	Investimentos financeiros:				
4111	Partes de capital em empresas grupo	1 621 884 863	—	1 621 884 863	1 610 830 863
4112	Partes de capital em empresas associadas	160 896 224	—	160 896 224	219 963 378
413+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	114 997 765	—	114 997 765	39 194 211
		<u>1 897 778 852</u>	<u>—</u>	<u>1 897 778 852</u>	<u>1 869 988 452</u>
	Dívidas de terceiros — curto prazo:				
211	Clientes, c/c	17 778 660	—	17 778 660	28 981 940
218	Clientes de cobrança duvidosa	18 082 884	18 082 884	—	—
252	Empresas do grupo	14 500 000	—	14 500 000	60 000 000
24	Estado e outros entes públicos	9 118 533	—	9 118 533	2 378 183
26	Outros devedores	1 899 431	—	1 899 431	—
264	Subscritores de capital	—	—	—	—
		<u>61 379 508</u>	<u>18 082 884</u>	<u>43 296 624</u>	<u>91 360 123</u>
	Títulos negociáveis:				
153	Títulos da dívida pública	40 987 000	—	40 987 000	—
		<u>40 987 000</u>	<u>—</u>	<u>40 987 000</u>	<u>—</u>
	Depósitos bancários e caixa:				
12+13+14	Depósitos bancários	14 893 454	—	14 893 454	38 178 672
11	Caixa	1 189 715	—	1 189 715	2 456 328
		<u>16 083 169</u>	<u>—</u>	<u>16 083 169</u>	<u>40 635 000</u>
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	146 979	—	146 979	560 548
272	Custos diferidos	1 086 645	—	1 086 645	1 690 909
		<u>1 233 624</u>	<u>—</u>	<u>1 233 624</u>	<u>2 251 457</u>
	<i>Total de amortizações</i>		<u>300 934 441</u>		
	<i>Total de provisões</i>		<u>18 082 884</u>		
	<i>Total do activo</i>	<u>2 565 770 977</u>	<u>319 017 325</u>	<u>2 246 753 652</u>	<u>2 258 539 660</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Código das contas		1994	1993
	Capital próprio:		
51	Capital	1 600 000 000	1 600 000 000
56	Reservas de reavaliação	42 121 142	42 121 142

Código das contas		1994	1993
	Reservas:		
571	Reservas legais	52 863 666	44 993 274
574 a 579	Outras reservas	312 543 075	275 005 640
88	Resultado líquido do exercício	<u>189 882 559</u>	<u>157 407 826</u>
		<u>2 197 410 442</u>	<u>2 119 527 882</u>
	Passivo:		
	Dívidas a terceiros — curto prazo:		
231+12	Dívidas a instituições de crédito	—	—
221	Fornecedores, c/c	2 274 376	1 306 784
251+255	(Restantes) accionistas (sócios)	1 068 713	1 034 386
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	15 815 284	590 034
24	Estado e outros entes públicos	18 561 970	22 407 931
26	Outros credores	<u>205 438</u>	<u>102 889 221</u>
		<u>37 925 781</u>	<u>128 228 356</u>
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	10 705 088	10 783 422
274	Proveitos diferidos	<u>712 341</u>	<u>—</u>
		<u>11 417 429</u>	<u>10 783 422</u>
	<i>Total do capital próprio e do passivo</i>	<u>2 246 753 652</u>	<u>2 258 539 660</u>

O Conselho de Administração: *Belmiro Mendes de Azevedo*, presidente — *José Joaquim Romão de Sousa*, administrador-delegado — *Benjamin Pinho dos Santos*, vogal. — O Técnico de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 1994

CUSTOS E PERDAS

Código das contas		1994	1993
62	Fornecimentos e serviços externos	59 323 338	60 603 827
	Custos com o pessoal:		
641+642	Remunerações	55 906 990	53 083 053
	Encargos sociais:		
643+644	Pensões	—	—
645/8	Outros	<u>17 650 159</u>	<u>16 245 150</u>
66	Amortiz. do imobilizado corpóreo e incorpóreo	35 165 599	35 294 845
67	Provisões	<u>—</u>	<u>35 294 845</u>
63	Impostos	643 181	645 701
65	Outros custos e perdas operacionais	<u>—</u>	<u>—</u>
	(A)	<u>168 689 267</u>	<u>165 872 576</u>
683+684	Amortizações e provisões de aplicações e de investimentos financeiros	—	—
(2)	Juros e custos similares:		
	Relativos a empresas do grupo	—	—
	Outros	<u>2 415 459</u>	<u>5 990 240</u>
	(C)	<u>171 104 736</u>	<u>171 862 816</u>
69	Custos e perdas extraordinários	<u>649 424</u>	<u>2 036</u>
	(E)	<u>171 754 160</u>	<u>171 864 852</u>
86	Imposto sobre o rendimento	<u>11 000 000</u>	<u>13 000 000</u>
	(G)	<u>182 754 160</u>	<u>184 864 852</u>
88	Resultado líquido do exercício	<u>189 882 559</u>	<u>157 407 826</u>
		<u>372 636 719</u>	<u>342 272 678</u>

PROVEITOS E GANHOS

Código das contas		1994	1995
72	Prestações de serviços	179 304 000	181 008 000
(3)	Variação de produção	—	—
75	Trabalhos para a própria empresa	—	—
73	Proveitos suplementares	600 535	263 577
74	Subsídios à exploração	—	—
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	—	263 577
	(B)	179 904 535	181 271 577
784	Rendimentos de participações de capital:		
	Relativos a empresas do grupo	155 202 240	108 901 680
	Outros	22 750 200	13 581 700
(4)	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:		
	Relativos a empresas do grupo	—	—
	Outros	—	—
(5)	Outros juros e proveitos similares:		
	Relativos a empresas do grupo	2 229 562	12 639 046
	Outros	2 018 837	999 781
	(D)	362 105 374	317 393 784
79	Proveitos e ganhos extraordinários	10 531 345	24 878 894
	(F)	372 636 719	342 272 678

Resumo:

Resultados operacionais: (B) — (A) =	11 215 268	15 399 001
Resultados financeiros: (D — B) — (C — A) =	179 785 370	130 131 967
Resultados correntes: (D) — (C) =	191 000 638	145 530 968
Resultados antes de impostos: (F) — (E) =	200 882 559	170 407 826
Resultado líquido do exercício: (F) — (G) =	189 882 559	157 407 826

O Conselho de Administração: *Belmiro Mendes de Azevedo*, presidente — *José Joaquim Romão de Sousa*, administrador-delegado — *Benjamin Pinho dos Santos*, vogal. — O Técnico de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 1994

	1994
Actividades operacionais:	
Recebimento de clientes	190 507
Pagamentos a fornecedores	52 484
Pagamentos ao pessoal	73 260
Fluxo gerado pelas operações	64 763
Pagamento de imposto sobre o rendimento	19 525
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	110 063
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	(64 825)
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	527
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	649
<i>Fluxos das actividades operacionais</i>	<u>(64 947)</u>
Actividades de investimento:	
Recebimentos provenientes de:	
Juros e proveitos similares	4 657
Dividendos recebidos	177 952
Empréstimos concedidos	45 500
	228 109

1994

Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	20 054	
Imobilizações corpóreas	5 321	
Imobilizações incorpóreas	1 884	27 259
<i>Fluxos das actividades de investimento</i>		200 850
Actividades de financiamento:		
Pagamentos respeitantes a:		
Amortização de contratos de locação financeira	4 544	
Juros e custos similares	2 958	
Dividendos pagos	111 966	119 468
<i>Fluxos das actividades de financiamento</i>		(119 468)
Variação de caixa e seus equivalentes		16 435
Caixa e seus equivalentes em 1 de Janeiro de 1994		40 635
Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 1994		57 070

O Conselho de Administração: *Belmiro Mendes de Azevedo*, presidente — *José Joaquim Romão de Sousa*, administrador-delegado — *Benjamim Pinho dos Santos*, vogal. — O Técnico de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 1994

	1994	1993
Numerário	1 190	2 456
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	14 893	38 179
Títulos negociáveis	40 987	—
Caixa e seus equivalentes	57 070	40 635
Disponibilidades constantes do balanço	57 070	40 635

O Conselho de Administração: *Belmiro Mendes de Azevedo*, presidente — *José Joaquim Romão de Sousa*, administrador-delegado — *Benjamim Pinho dos Santos*, vogal. — O Técnico de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 1994

0 — Em relação aos pontos omissos nada há a referir.

1 — Nas demonstrações financeiras não foi aplicado o método da equivalência patrimonial previsto como opção no Plano Oficial de Contabilidade e considerado obrigatório pela Directriz Contabilística n.º 9/92, por se considerar que, apresentando esta sociedade demonstrações financeiras consolidadas, a aplicação do referido método nas contas individuais não traduziria uma imagem verdadeira e apropriada do valor das participações financeiras nas filiais e associadas, bem como dos resultados desta sociedade quer considerados individualmente quer em conjunto com aquelas participadas.

3 — Critérios valorimétricos:

Os critérios valorimétricos utilizados foram os seguintes:

Imobilizado incorpóreo e corpóreo. — Custo de aquisição ou valor resultante de reavaliações efectuadas ao abrigo de legislação fiscal.

Investimentos financeiros:

Partes de capital em empresas do grupo — custo médio de aquisição;

Partes de capital em empresas associadas — custo médio de aquisição;

Títulos e outras aplicações financeiras — custo médio de aquisição.

Os cálculos respeitantes aos ajustamentos tiveram como base:

Amortizações:

Método das quotas constantes:

a) Imobilizado entrado em funcionamento até 31 de Dezembro de 1988, taxas da Portaria n.º 737/81, de 29 de Agosto;

b) Imobilizado entrado em funcionamento a partir de 1 de Janeiro de 1989, taxas do Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro.

Provisões para cobrança duvidosa. — Saldos dos clientes considerados de cobrança duvidosa.

4 — Cotações utilizadas nos valores originariamente expressos em moeda estrangeira:

Moeda	Cotação
USD	159\$41100
DEM	102\$91200
FRF	29\$84600
CAD	113\$52500
ITL	\$09819

7 — Número de pessoas ao serviço em 31 de Dezembro:

Empregados — 10.

8 — Despesas de instalação e de investigação e desenvolvimento: 432 — Despesas de investigação e desenvolvimento:
 431 — Despesas de instalação: Saldo em 1 de Janeiro de 1994 — 10 324 358\$;
 Saldo em 1 de Janeiro de 1994 — 31 915 474\$; Saldo em 31 de Dezembro de 1994 — 10 324 358\$.
 Saldo em 31 de Dezembro de 1994 — 31 915 474\$.

10 — Activo bruto:

Rubricas	Saldo inicial	Reaval./ajustam.	Aumentos	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	31 915 474	—	—	—	—	31 915 474
Despesas de investigação e desenvolvimento	10 324 358	—	—	—	—	10 324 358
Propriedade industrial e outros direitos	6 651 773	—	—	—	—	6 651 773
	<u>48 891 605</u>	—	—	—	—	<u>48 891 605</u>
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	33 146 727	—	—	—	—	33 146 727
Edifícios e outras construções	345 072 828	—	1 271 847	—	—	346 344 675
Equipamento básico	18 623 236	—	—	—	—	18 623 236
Equipamento de transporte	18 086 968	—	6 500 000	4 428 600	—	20 158 368
Equipamento administrativo	50 658 932	—	12 058 940	—	12 070 000	74 787 872
Outras imobilizações corpóreas	5 550 701	—	14 400	—	—	5 565 101
Imobilizações em curso	—	—	471 240	—	—	471 240
Adiantam. por conta de imobilizações corpóreas	320 000	—	—	—	—	320 000
	<u>471 459 392</u>	—	<u>20 316 427</u>	<u>4 428 600</u>	<u>12 070 000</u>	<u>499 417 219</u>
Investimentos financeiros:						
Partes capital empresas grupo	1 610 830 863	—	11 054 000	—	—	1 621 884 863
Partes capital empresas associadas	219 963 378	—	—	—	— 59 067 154	160 896 224
Títulos e outras aplicações financeiras	46 930 611	—	9 000 000	—	59 067 154	114 997 765
Adiantam. por conta de investim. financeiros	—	—	—	—	—	—
	<u>1 877 724 852</u>	—	<u>20 054 000</u>	—	—	<u>1 897 778 852</u>

Amortizações e provisões:

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas instalação	28 742 431	2 921 202	—	31 663 633
Despesas de investigação e desenvolvimento	10 324 358	—	—	10 324 358
Propriedade industrial e outros direitos	2 383 924	1 191 961	—	3 575 885
	<u>41 450 713</u>	<u>4 113 163</u>	—	<u>45 563 876</u>
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	—	—	—	—
Edifícios e outras construções	158 784 083	16 958 513	—	175 742 596
Equipamento básico	13 913 784	833 702	—	14 747 486
Equipamento de transporte	12 929 784	4 460 092	— 4 428 600	12 961 276
Equipamento administrativo	34 065 745	8 195 071	6 035 000	48 295 816
Outras imobilizações corpóreas	3 018 334	605 057	—	3 623 391
	<u>222 711 730</u>	<u>31 052 435</u>	<u>1 606 400</u>	<u>255 370 565</u>
Investimentos financeiros:				
Títulos e outras aplicações financeiras	7 736 400	—	— 7 736 400	—
	<u>7 736 400</u>	—	<u>— 7 736 400</u>	—

12 — Reavaliações:

As reavaliações do imobilizado corpóreo basearam-se nos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho; Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de Dezembro; Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio; Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril; Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro; Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro.

13 — Reavaliações:

Rubricas	Custos históricos	Reavaliações	Valores contabilísticos reavaliados
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	6 759 993	26 386 734	33 146 727
Edifícios e outras construções	86 058 083	84 543 996	170 602 079
Equipamento básico	630 337	3 245 413	3 875 750
Equipamento de transporte	7 197 092	—	7 197 092
Equipamento administrativo	24 880 177	1 611 879	26 492 056
Outras imobilizações corpóreas	1 881 383	60 327	1 941 710
	<u>127 407 065</u>	<u>115 848 349</u>	<u>243 255 414</u>

14 — Imobilizações corpóreas e em curso:

Todas as imobilizações estão afectas à actividade da sociedade nada se encontrando em propriedade alheia ou em poder de terceiros.

15 — Locação financeira:

Bens utilizados	Valor contratual
Sistema AS/400 — 9406 B45	12 070 000\$00

O tratamento contabilístico adoptado está de acordo com o previsto na directriz contabilística n.º 10 da Comissão de Normalização Contabilística.

16 — Empresas do grupo e associadas:

Empresas do Grupo	Sede	Capital social	Percent. de participação	Capitais próprios em 31 de Dez. de 1994	Resultados líquidos em 31 de Dez. de 1994
Isar Rakoll Chemie Portuguesa, S. A.	Vila do Conde	544 000 000	96	765 143 267	102 523 883
Proadec — Materiais de Revestimento, S. A.	Vila do Conde	300 000 000	100	461 022 264	119 535 993
Proadec — Produtos Químicos, S. A.	Vila do Conde	150 000 000	100	211 874 974	35 038 469
Epoli — Espumas de Polietileno, S. A.	Vila do Conde	40 000 000	79	13 302 768	— 26 697 232
Alfatrade — Comércio Internacional, S. A.	Vila do Conde	100 000 000	100	120 969 599	64 333 468
Abiasa — Auxiliares Biotecnológicos, S. A.	Vila do Conde	5 000 000	55	326 856	— 3 843 361
Empresas associadas	Sede	Capital social	Percent. Participação	Capitais próprios em 31 de Dez. de 1993	Resultados líquidos em 31 de Dez. de 1993
Edging Plus, Inc.	Estados Unidos	USD 225 000	50	—	—
INDASA — Indústria de Abrasivos, S. A.	Aveiro	594 000 000	34	1 265 735 365	291 141 298

23 — Dívidas de cobrança duvidosa:

O montante das dívidas de cobrança duvidosa ascende a 18 082 884\$, conforme expresso em rubrica própria do balanço.

25 — Responsabilidades com o pessoal:

Foram contabilizados os encargos com férias e subsídio de férias cujo direito venceu em 1994 no montante de 8 882 900\$.

28 — Estado e outros entes públicos:

Não existem quaisquer dívidas em situação de mora.

34 — Provisões:

Contas	Saldo em 1 de Jan. de 1994	Aumentos	Redução	Saldo final
19 — Provisões para aplicações de tesouraria	—	—	—	—
28 — Provisões para cobranças duvidosas	18 082 884	—	—	18 082 884
49 — Provisões para investimentos financeiros	7 736 400	—	7 736 400	—

36 — Número de acções em que se divide o capital:

O capital da empresa é composto por 1 600 000 acções ao portador com o valor nominal unitário de 1000\$.

37 — Participação no capital em mais de 20% por pessoas colectivas:

A Figest — Gestão de Participações Financeiras, Sociedade de Controlo, S. A., detém 1 062 166 acções, equivalentes a 66,3% do capital social.

40 — Movimento nas rubricas de capitais próprios:

Contas	Saldo em 1 de Jan. de 1994	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31 de Dez. de 1994
51 — Capital	1 600 000 000	—	—	1 600 000 000
571 — Reservas legais	44 993 274	7 870 392	—	52 863 666
574 — Reservas livres	232 786 640	37 537 435	—	270 324 075
575 — Subsídios	42 219 000	—	—	42 219 000
59 — Resultados transitados	—	157 407 826	157 407 826	—
88 — Resultados líquidos	157 407 826	189 882 559	157 407 826	189 882 559

43 — Remunerações globais atribuídas aos órgãos sociais:

Assembleia geral — nada a referir; conselho de administração — nada a referir; conselho fiscal — nada a referir.

44 — Repartição das prestações de serviços:

Mercado interno — 179 304 000\$.

45 — Resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS

	1994	1993
681 — Juros suportados	1 538 700	5 619 945
684 — Provisões para aplicações financeiras	—	—
685 — Diferenças de câmbio desfavoráveis	32 069	1 894
686 — Descontos por proveitos concedidos	—	—
688 — Outros custos e perdas financeiras	844 701	368 401
Resultados financeiros	179 785 370	130 131 967

PROVEITOS E GANHOS

	1994	1993
781 — Juros obtidos	4 184 076	13 545 217
784 — Rendimentos de participações de capital	177 952 440	122 483 380
785 — Diferenças de câmbio favoráveis	5 303	14 898
786 — Descontos por proveitos obtidos	59 021	71 412
788 — Outros proveitos e ganhos financeiros	—	7 300

46 — Resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

	1994	1993
691 — Donativos	78 900	—
694 — Perdas em imobilizações	—	—
696 — Aumentos de amortizações e provisões	—	—
697 — Correções relativas a exercícios anteriores	240 624	—
698 — Outros custos e perdas extraordinárias	329 900	2 036
Resultados extraordinários	9 881 921	24 876 858

PROVEITOS E GANHOS

	1994	1993
791 — Restituição de impostos	214 461	—
794 — Ganhos em imobilizações	1 550 000	—
796 — Reduções de amortizações e provisões	7 736 400	24 405 000
797 — Correções relativas a exercícios anteriores	508 419	—
798 — Outros proveitos e ganhos extraordinários	522 065	473 894

47 — Informações exigidas pelo Decreto-Lei n.º 495/88:

Foram renovados os contratos de prestação de serviços com as seguintes participadas:

Isar-Rakoll Chemie Portuguesa, S. A.; Proadec — Materiais de Revestimento, S. A.; Proadec — Produtos Químicos, S. A.; Epoli — Espumas de Polietileno, S. A.

Todos estes contratos encontravam-se em vigor a 31 de Dezembro.

O Conselho de Administração: *Belmiro Mendes de Azevedo*, presidente — *José Joaquim Romão de Sousa*, administrador-delegado — *Benjamim Pinho dos Santos*, vogal. — O Técnico de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Relatório consolidado de gestão

Srs. Accionistas:

Nos termos legais, apresentamos a VV. Ex.ªs o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas relativos ao exercício de 1994.

1 — Introdução

O grupo ProHolding retomou em 1994 um crescimento a dois dígitos, e melhorou de novo significativamente a sua rentabilidade. O volume de negócios consolidado cifrou-se em 4 469 000 contos, mais 25,5% que em 1993, enquanto os meios libertos totais foram de 1 051 000 contos e o *cash-flow* atingiu 717 000 contos, respectivamente mais 30% e 45% do que no ano anterior. O exercício encerrou-se com resultados líquidos de 495 mil contos, mais 71% do que no ano anterior e cerca de 15% acima das últimas previsões divulgadas no fim do 3.º trimestre. Os resultados correspondem a uma rentabilidade sobre os capitais próprios disponíveis no início do ano de 23,8%, e equivalem a cerca de 310\$ por acção.

2 — A conjuntura económica

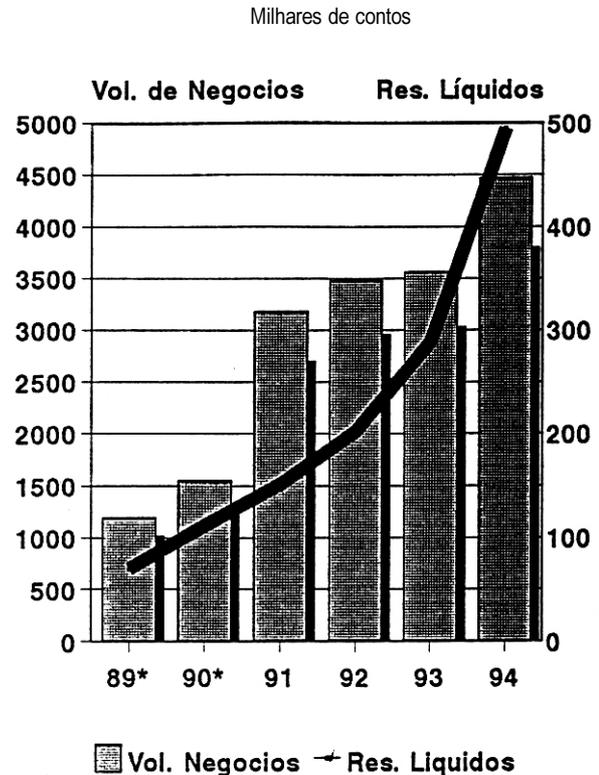
A generalidade das economias da União Europeia, da Ásia e os Estados Unidos registaram crescimentos pujantes, invertendo o ciclo depressivo de anos anteriores. A economia portuguesa ensaiou uma retoma tímida, estimulada pela procura externa. O produto e o investimento terão crescido cerca de 1%, e a inflação manteve-se controlada. Mas a produção industrial e agrícola baixou, o consumo privado diminuiu e o desemprego acelerou o seu crescimento. Não se pode dizer que a conjuntura interna tenha favorecido os negócios do Grupo. Para 1995 mantêm-se expectativas de melhoria, apesar dos sinais de abrandamento dos dois últimos trimestres, da recente inversão do andamento da inflação e dos reflexos da instabilidade política de que o País produtivo dificilmente se livrará durante grande parte do ano. Mas algum dinamismo no investimento e na construção e obras públicas permitem esperar que a economia portuguesa mantenha o sentido da retoma, e potencie crescimento mais significativo aos nossos negócios.

3 — A actividade desenvolvida

Em termos gerais, as empresas do grupo continuaram a aumentar a produtividade e a fazer crescer os seus volumes de negócios em Portugal e a expandir geograficamente as respectivas áreas de actuação. Assim, as exportações cresceram 58% em relação ao ano anterior, correspondendo agora a 40% do volume de negócios consolidado. O facto mais saliente das condições de exploração do ano foi contudo o muito forte e generalizado crescimento do custo das matérias-primas, ocorrido sobretudo no segundo semestre, com vários produtos químicos a dobrarem de preço e a generalidade das matérias-primas a aumentar mais de 50%. Apesar dos esforços desenvolvidos no sentido de propagar a jusante a maior parte destes aumentos, não foi possível evitar alguma decalagem no tempo, que afectou a rentabilidade dos negócios. Como consequência, o custo dos materiais consumidos cresceu quatro pontos percentuais, de 48% para 52% da produção. Os acréscimos de produtividade foram contudo superiores a esta variação, com a soma dos fornecimentos e serviços externos e dos custos com pessoal a baixar cinco pontos percentuais. De facto,

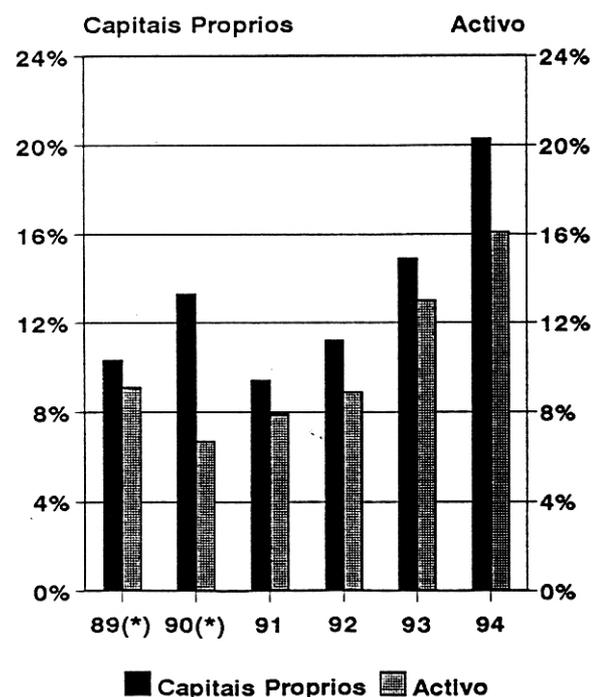
o número médio de colaboradores do Grupo baixou 8% durante o ano, de 249 para 228, ao mesmo tempo que as empresas continuaram a reduzir desperdícios e a otimizar processos produtivos e administrativos.

Grupo ProHolding — Volume de negócios e resultados líquidos



(* Não Consolidado)

Rentabilidades



(* Não Consolidado)

De referir que os custos com pessoal incluem este ano um prémio especial de meio mês de vencimento, pago em Julho a todos os trabalhadores, como consequência do bom desempenho do Grupo durante o 1.º semestre do ano.

Idêntica decisão foi tomada no fim do ano, tendo sido processado um prémio igual já em Janeiro de 1995.

Por força dos efeitos acima referidos, os resultados operacionais cresceram quase 40% em relação ao ano anterior, correspondendo agora a 13,2% da produção.

De referir que é o terceiro ano consecutivo em que os resultados operacionais em percentagem da produção crescem mais de um ponto percentual.

A função financeira beneficiou das reduções do endividamento global do grupo e das taxas de juro, tendo os custos diminuído cerca de 63 000 contos.

Como em anos anteriores, mantemos no balanço consolidado uma provisão que cobre integralmente a diferença entre o valor contabilístico consolidado de uma participação financeira em valores mobiliários cotados e o seu valor de mercado em 31 de Dezembro. Dada a evolução registada no mercado, está contabilizada em proveitos extraordinários a utilização parcial da provisão constituída em anos anteriores, no montante de cerca de 40 mil contos.

O resultado líquido obtido foi de 495 mil contos, mais 71% que no ano anterior, enquanto o resultado do grupo foi de 503 000 contos.

4 — Investimentos

O investimento total contabilizado durante o ano foi da ordem de 243 000 contos dos quais cerca de 83% foram investimentos corpóreos, e cerca de metade foi equipamento básico.

Contudo, o Grupo elaborou e submeteu a aprovação no âmbito do sistema PEDIP II vários projectos de investimento em execução durante os anos de 1994 e 1995, de montante superior a 500 000 contos.

5 — A situação financeira do Grupo

A situação financeira consolidada do grupo continua muito sólida, com os capitais próprios a excederem largamente o imobilizado. Os meios gerados permitiram reduzir o passivo remunerado, enquanto o ciclo financeiro diminuiu também seis dias.

Apresentam-se a seguir alguns indicadores mais relevantes, comparados com os dois anos anteriores:

	1994	1993	1992
Solvabilidade	0,51	0,54	0,67
Autonomia financeira	0,66	0,65	0,60
Liquidez geral	1,64	1,54	1,32
Liquidez reduzida	1,07	1,15	0,96
Em milhares de contos:			
Meios libertos totais	1 051	808	690
Cash-flow	717	495	369
Em dias de venda (base 365 dias):			
Prazo médio de recebimentos	78	78	73
Stock de produtos acabados	21	23	27
Stock de matérias-primas	33	30	28
Prazo médio de pagamentos	49	42	29
Ciclo financeiro	83	89	99

6 — Os recursos humanos

Durante o ano foi elaborado o primeiro programa de formação integrado a nível de Grupo, cujos efeitos se farão sentir sobretudo em 1995.

Ele prevê acções de formação para melhoria de competências, tanto em perspectiva transversal (gestão global, liderança, qualidade, higiene e segurança) como vertical (informática aplicada, técnicas estatísticas, de atendimento, de negociação e venda, de controlo de produção) que envolverão praticamente a totalidade dos colaboradores do Grupo numa ocupação média de quase 3% do seu tempo normal de trabalho.

Em termos estruturais a modificação do objecto social da Corium veio alterar o perfil dos recursos humanos do Grupo, permitindo uma maior homogeneização dos seus indicadores.

Com base num efectivo final de 228 pessoas, o Grupo é maioritariamente constituído por homens (82% dos efectivos, mas apenas 59% nos primeiros dois grupos de qualificação), com uma idade média de 32,7 anos e uma vinculação média de 6,5 anos.

Apresentam-se seguidamente alguns indicadores:

	1994	1993	1992
Encargo/effectivo total (contos)	3 224	2 692	2 465
Taxa de rotação (percent.)	25,70	10,80	19,10
Taxa de precaridade (percent.)	16,70	12,00	23,10
Taxa de trabalho suplementar (percent.)	2,21	1,93	2,46

7 — Comportamento em bolsa das acções da empresa-mãe

Durante o ano a cotação das acções da vossa empresa na BVL/Contínuo Nacional cresceu mais de 100%, de 1110 a 2230\$, enquanto as quantidades transaccionadas cresceram cerca de 23%, de 91 000 para 112 000 acções.

A liquidez manteve-se muito reduzida, com um TR da ordem de 7% e o índice de frequência FR2 variou ao longo dos meses entre um mínimo de 74,1% e um máximo de 92,5%.

A subida na cotação é assim muito significativa, tanto em termos absolutos como quando comparada com evoluções da ordem de 8% registadas nos índices BVL — Geral e INC, conforme indicado no gráfico anexo.

Quanto à reduzida liquidez, a empresa prevê poder passar a intervir directamente no mercado, na sequência da alteração do regime de aquisição de acções próprias das SGPS (Decreto-Lei n.º 318/94) e do pedido de autorização agendado para a próxima assembleia geral, ao mesmo tempo que tem em estudo a possibilidade de celebrar contratos de liquidez com operadores do mercado.

De referir finalmente que desde o início deste ano, a cotação atingiu já um máximo de 3050\$.

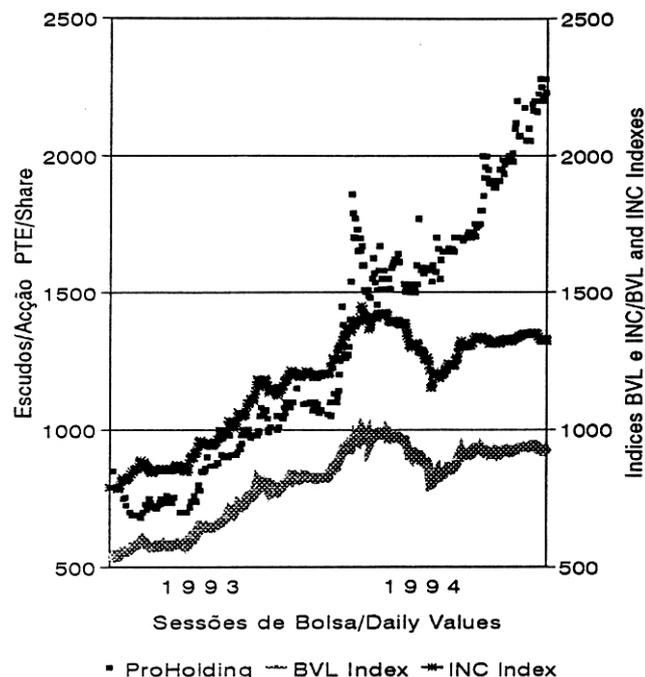
O gráfico seguinte ilustra a política de dividendos crescentes, praticada pela empresa desde que abriu o seu capital ao público em 1987.

8 — A evolução das empresas do Grupo

Apresentamos seguidamente um breve resumo sobre a actividade no ano de cada uma das empresas do Grupo:

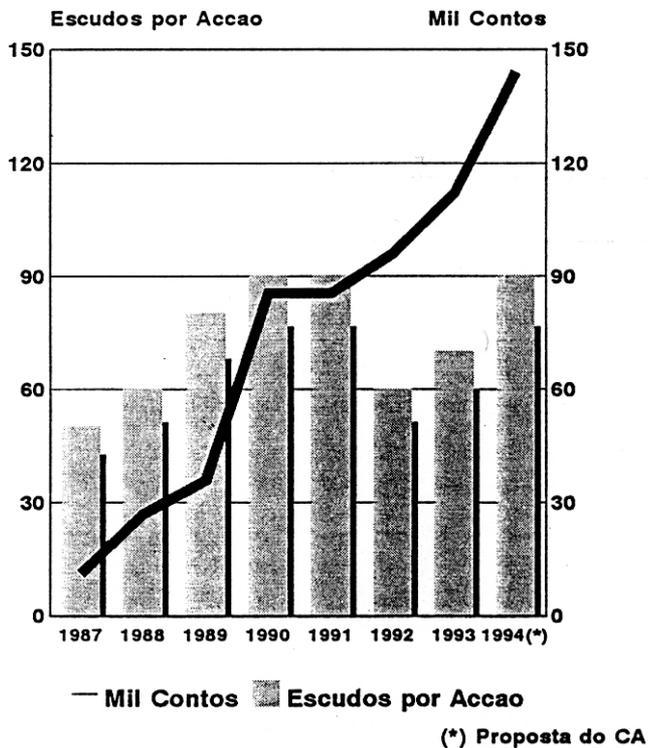
ProHolding SGPS, S. A.

Cotações na BVL e Contínuo Nacional em 1993 e 1994



Proadec SGPS, S. A./ProHolding SGPS, S. A.

Dividendos distribuídos



8.1 — ProHolding — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.

A empresa-mãe do grupo presta serviços técnicos de administração e gestão às empresas participadas, tendo realizado durante o ano um volume de negócios de 179 000 contos, menos 1% que em 1993. Os meios libertos totais e os resultados líquidos foram respectivamente de 238 e de 190 000 contos, mais 12% e 21% que no ano anterior.

A empresa emprega um total de 10 pessoas, afectas a gestão do sistema de informação e dos recursos humanos do grupo, auditoria interna e controle de gestão das participadas, e assessoria jurídica e fiscal.

8.2 — Isar-Rakoll — Chemic Portuguesa, S. A.

A empresa reforçou a sua liderança do mercado português de colas, tendo as vendas atingido 6700 toneladas e 1,78 milhões de contos, mais 10,5% do que no ano anterior.

O crescimento verificou-se sobretudo nos segmentos calçado e transformação de papel, enquanto as vendas para mobiliário estagnaram e para construção civil registaram diminuição de quase 10%. As exportações aumentaram 20% mas mantêm-se ainda responsáveis por pouco mais de 5% das vendas.

O grande acréscimo do custo de matérias-primas verificado na segunda metade do ano foi responsável pela subida de quase dois pontos percentuais no custo das mercadorias vendidas e materiais consumidos. Mas os acréscimos de produtividade obtidos permitiram melhorar os resultados operacionais e o *cash-flow*, que ultrapassou 161 000 contos, mais 26% que em 1993.

Durante o ano a empresa reanalisou a sua posição estratégica e reformulou os seus planos de desenvolvimento futuro. Como consequência, irá aprofundar a segmentação dos mercados, dedicará maiores esforços à internacionalização das suas actividades, aumentará o seu investimento na inovação e no desenvolvimento de novas tecnologias e novos produtos, tanto individualmente como em programas de cooperação europeia, melhorará a gestão dos seus subprodutos, e dinamizará a utilização de produtos amigos do ambiente e a reciclagem sistemática de embalagens.

Um primeiro passo na internacionalização das suas actividades foi já dado em Janeiro deste ano, com a celebração de um acordo na Tunísia, envolvendo cooperação comercial, apoio tecnológico e o

estudo conjunto de um projecto, que se admite possa vir a justificar um investimento numa nova unidade produtiva naquele país.

Entretanto prosseguiu a implementação do Sistema de Garantia da Qualidade, tendo a empresa oportunamente solicitado a sua certificação nos termos da norma NP-EN-29002 (ISO 9002), que espera obter no decurso do 1.º semestre deste ano.

A empresa formulou e submeteu a aprovação um projecto integrado no âmbito do programa PEDIP II, que envolve investimentos da ordem de 130 000 contos, na melhoria de processos, na modernização e reapetrechamento de laboratórios e pontualmente num acréscimo de capacidade.

O plano para 1995 prevê um crescimento e uma rentabilidade ligeiramente superiores aos deste ano, com base no pressuposto de alguma retoma nas indústrias servidas no mercado interno.

8.3 — Proadec — Materiais de Revestimento, S. A.

A empresa produz orlas (material para revestimento da área correspondente à espessura de painéis decorativos, em aglomerados de partículas ou fibras de madeira), para a indústria de mobiliário.

Confirmou-se a expectativa referida no relatório anterior. As vendas cresceram 44% cifrando-se em 1,75 milhões de contos, o *cash-flow* aumentou mais de 30% e os resultados líquidos mais do que duplicaram.

Os principais mercados continuam a ser o Reino Unido e Espanha, mas o maior crescimento percentual verificou-se na Ásia e na Oceania. O mercado interno registou ligeira diminuição.

Em termos de produtos, é de registar um aumento de cerca de 13% na espessura média dos materiais vendidos, e acréscimos demais de 100% nas quantidades vendidas de ProWood e ProFoil e de 80% em ProFlex.

O número médio de colaboradores subiu cerca de 9% para 103, sendo já de 107 em 31 de Dezembro.

Também aqui o facto mais saliente das condições do ano foi o continuado e drástico aumento do custo das matérias-primas. Por exemplo durante o ano as resinas de PVC e ABS aumentaram mais de 40%, a que se seguem agora dificuldades no abastecimento.

A empresa formulou e submeteu também a aprovação um projecto integrado no âmbito do programa PEDIP II, que envolve investimentos da ordem de 230 mil contos, na melhoria de produtividade e em acréscimos de capacidade de extrusão e impressão de orlas grossas.

Entretanto prosseguiu a implementação do Sistema de Garantia da Qualidade nos termos da norma NP-EN-29002 (ISO 9002), prevendo-se que a empresa possa requerer a sua certificação antes do fim deste ano.

Apesar de algumas limitações no crescimento rápido da capacidade instalada, da dificuldade em reflectir os drásticos aumentos de custos de matérias-primas e da evolução da taxa de câmbio do escudo com o dólar, a libra e a peseta, nossas principais moedas de exportação, as perspectivas para 1995 são animadoras. Assim, a empresa prevê aumentos superiores a 20% no volume de negócios, no *cash-flow* e nos resultados líquidos.

8.4 — Proadec — Produtos Químicos, S. A.

A empresa produz e comercializa resinas sintéticas vinílicas e acrílicas em emulsão aquosa, para as indústrias de tintas, colas e materiais têxteis não-tecidos, e para o revestimento de papel e produtos alimentares.

O volume de negócios cresceu 26% em relação ao ano anterior, com as exportações a mais do que duplicarem e as quantidades vendidas a ultrapassarem as 6000 toneladas. O *cash-flow* situou-se acima de 10% sobre as vendas.

Durante o ano foi retomada a laboração a três turnos, tendo sido ocupada grande parte da capacidade adicional instalada em 1993.

A empresa formulou e vai também submeter a aprovação um projecto integrado no âmbito do programa PEDIP II, que envolve investimentos da ordem de 150 000 contos, com ênfase na melhoria de produtividade, com automatização do processo produtivo e reformulação total da linha de enchimento de embalagens, além de novo acréscimo de capacidade.

Já em Janeiro de 1995, a empresa viu certificado o seu Sistema de Garantia da Qualidade, de acordo com a norma NP-EN-29002 (ISO 9002). Foi a primeira empresa do Grupo a certificar o seu sistema, e o primeiro produtor português de resinas vindicas e acrílicas a obter tal certificado.

Para 1995 a empresa prevê alguma retoma do mercado interno e propõe-se prosseguir a penetração em mercados externos. Assim prevê-se crescimento no volume de negócios e no *cash-flow* superiores a 25%.

8.5 — Epoli — Espumas de Polietileno, S. A.

A empresa produz espumas de., polietileno, para embalagem e isolamento térmico e acústico, sob a forma de folhas, tubos, cordão e rede. Trata-se de um material de célula fechada, produzido sem a utilização de CFCs e totalmente reciclável, sendo a empresa o único produtor em Portugal.

As vendas aumentaram 82% em relação ao ano anterior, tendo ficado contudo ainda 9% abaixo do plano. O *cash-flow* foi já ligeiramente positivo mas o exercício encerrou-se ainda com resultados líquidos negativos, apesar da boa *performance* do último trimestre.

No seu segundo ano completo de actividade a empresa evoluiu consideravelmente no seu posicionamento no negócio, prosseguindo uma estratégia de crescimento acelerado de forma a percorrer rapidamente a sua curva de experiência, aumentando a taxa de utilização da capacidade instalada e melhorando a estrutura de custos.

A meio do ano a actividade produtiva foi alargada de dois para três turnos, para responder às vendas no nosso mercado natural (que inclui o Oeste e o Norte de Espanha) e às exportações. Quanto a produtos, os maiores crescimentos verificaram-se em folha fina de 0,5 mm de espessura e em produtos transformados de maior valor acrescentado, incluindo placas grossas laminadas, folha revestida com filmes metalizados ou de polietileno de alta densidade e formatos cortados à medida.

O número de trabalhadores foi crescendo ao longo do ano, com um valor médio de 13 pessoas.

Para fazer face aos prejuízos de exploração dos dois primeiros anos de actividade a empresa realizou durante o ano uma operação de redução e aumento do seu capital, por entradas em numerário e com subscrição reservada a accionistas.

Apesar das perturbações na oferta de matérias-primas, que vieram também neste negócio aumentar as dificuldades na reposição da margem e afectar temporariamente a sua rentabilidade, as perspectivas para 1995 são também animadoras. A evolução tem sido contínua mês após mês e a empresa prevê um crescimento de 80% no volume de negócios e a obtenção de resultados líquidos positivos.

8.6 — Alfatrade — Comércio Internacional, S. A.

Consolidou-se a recuperação da empresa, que mantém uma actividade exclusivamente comercial.

O volume de negócios foi de 775 mil contos, mais 33% que no ano anterior, respeitante em quase totalidade a vendas de produtos químicos e à exportação de produtos do grupo. Os resultados líquidos foram de 64 mil contos, mais 23% que em 1994.

Ultrapassada definitivamente a situação de ruptura que a empresa apresentava à data da sua aquisição, as novas condicionantes actualmente existentes no negócio de matérias-primas químicas e plásticas vieram abrir novas oportunidades, que acreditamos a empresa esteja em boas condições de poder explorar.

O plano para 1995 prevê crescimentos de 17% no volume de negócios e superior a 30% nos resultados.

8.7 — Corium — Produtos de Grande Consumo, S. A.

A empresa cessou durante o ano a produção de componentes para calçado a feitiço, tendo resolvido por mútuo acordo os contratos de

trabalho com os seus trabalhadores e alienado os activos corpóreos exclusivamente afectos à anterior actividade. Os custos inerentes à decisão de mudança de objecto tomada no início do ano estão integralmente afectos às contas do ano, e igualmente relevados nas contas consolidadas do grupo.

O volume de negócios foi de apenas 23 000 contos, dos quais cerca de 40% dizem ainda respeito à anterior actividade industrial.

Na sequência da política global do grupo de aprofundar a segmentação e ajustar a organização às novas oportunidades de negócio detectadas, foi decidido concentrar as actividades já existentes em produtos de grande consumo (colas, orlas em melamina, espumas, calçado, têxteis, etc.) numa empresa autónoma. Ela deverá para já funcionar como janela para um mundo diferente que o Grupo conhece mal, reequacionar e elaborar a nossa incipiente actividade nesse sector e progressivamente adquirir e no futuro concentrar o saber-fazer no *marketing* dos produtos de grande consumo. (sobretudo não produzidos por empresas do Grupo), nomeadamente em grandes e médias superfícies comerciais.

Na sequência deste plano a assembleia geral da empresa deliberou reduzir o capital social por incorporação de prejuízos e realizar aumento de capital, por incorporação de reservas de reavaliação e entradas em numerário, o qual vai ter lugar no primeiro semestre deste ano.

Foram já admitidos colaboradores cuja experiência anterior permite alimentar boas perspectivas de concretização da visão, estando neste momento o anterior plano a ser reequacionado.

8.8 — Abiasa — Auxiliares Biotecnológicos, S. A.

A empresa produz e comercializa especialidades químicas e biológicas para a indústria alimentar, em *joint-venture* com uma empresa espanhola. Inicialmente comercializa apenas produtos auxiliares para produção e protecção bacteriológica de lacticínios, pretendendo em seguida estender a sua actividade a outras áreas alimentares.

Não foi possível durante o ano implementar o plano de negócios aprovado, por dificuldades na selecção e formação atempada de colaboradores chave. Dada a grande sazonalidade do negócio, atrasos nessa fase acabaram por afectar irreversivelmente o exercício. As vendas foram muito reduzidas e os resultados foram negativos em cerca de 4000 contos.

O plano para 1995 prevê conservativamente um volume de negócios de 80 000 contos e resultados positivos.

9 — Resultados

O resultado consolidado líquido do exercício foi de 495 407 contos.

Finalmente queremos manifestar o nosso profundo agradecimento aos membros dos restantes órgãos sociais, aos colaboradores de todas as empresas do grupo e empresas associadas, e a todas as outras entidades públicas e privadas directa ou indirectamente relacionadas com o grupo ProHolding, pela colaboração prestada, sem a qual não teriam sido possíveis os resultados obtidos.

Vila do Conde, 22 de Fevereiro de 1995. — O Conselho de Administração: *Belmiro Mendes de Azevedo*, presidente — *José Joaquim Romão de Sousa*, administrador-delegado — *Benjamim Pinho dos Santos*, vogal.

Balço consolidado em 31 de Dezembro de 1994

ACTIVO

(Em milhares de escudos)

	1994		1993	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	126 695	97 129	29 566	44 673
Despesas investigação e desenvolvimento	14 734	10 324	4 410	174
Propriedade industrial e outros direitos	6 677	3 263	3 414	2 860
Diferenças de consolidação	81 876	35 877	45 999	40 769
	<u>229 982</u>	<u>146 593</u>	<u>83 389</u>	<u>88 476</u>

(Em milhares de escudos)

	1994		1993	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	84 599	—	84 599	84 599
Edifícios e outras construções	748 503	262 384	486 119	485 696
Equipamento básico	1 134 293	737 871	396 422	421 893
Equipamento de transporte	145 640	80 360	65 280	26 004
Ferramentas e utensílios	34 622	29 650	4 972	2 247
Equipamento administrativo	171 801	94 121	77 680	61 824
Taras e vasilhame	—	—	—	—
Outras imobilizações corpóreas	16 880	9 921	6 959	6 446
Imobilizações em curso	9 323	—	9 323	14 102
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	6 121	—	6 121	1 746
	<u>2 351 782</u>	<u>1 214 307</u>	<u>1 137 475</u>	<u>1 104 557</u>
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas associadas	481 831	—	481 831	386 117
Títulos e outras aplicações financeiras	109 991	14 261	95 730	40 366
	<u>591 822</u>	<u>14 261</u>	<u>577 561</u>	<u>426 483</u>
Circulante:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	403 293	1 064	402 229	296 863
Produtos e trabalhos em curso	3 844	—	3 844	—
Produtos acabados e intermédios	259 380	17 678	241 702	209 342
Mercadorias	13 780	121	13 659	12 912
	<u>680 297</u>	<u>18 863</u>	<u>661 434</u>	<u>519 117</u>
Dívidas de terceiros — a médio e a longo prazos	—	—	—	—
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
Clientes, c/c	851 450	—	851 450	670 199
Clientes — títulos a receber	105 612	—	105 612	88 789
Clientes de cobrança duvidosa	84 427	84 427	—	—
(Restantes) accionistas (sócios)	15 514	—	15 514	—
Adiantamentos a fornecedores	1 894	—	1 894	—
Estado e outros entes públicos	112 691	—	112 691	65 721
Outros devedores	17 538	4 285	13 253	16 499
	<u>1 189 126</u>	<u>88 712</u>	<u>1 100 414</u>	<u>841 208</u>
Títulos negociáveis:				
Outros títulos negociáveis	40 987	—	40 987	—
	<u>40 987</u>	<u>—</u>	<u>40 987</u>	<u>—</u>
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	115 396	—	115 396	193 685
Caixa	4 285	—	4 285	6 441
	<u>119 681</u>	<u>—</u>	<u>119 681</u>	<u>200 126</u>
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	2 069	—	2 069	3 248
Custos diferidos	8 072	—	8 072	12 603
	<u>10 141</u>	<u>—</u>	<u>10 141</u>	<u>15 851</u>
<i>Total de amortizações</i>		<u>1 360 900</u>		
<i>Total de provisões</i>		<u>121 836</u>		
<i>Total do activo</i>	<u>5 213 818</u>	<u>1 482 736</u>	<u>3 731 082</u>	<u>3 195 818</u>

CAPITAL E PASSIVO PRÓPRIO

	1994	1993
Capital próprio:		
Capital	1 600 000	1 600 000
Diferenças de consolidação	— 287 442	— 287 442
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	127 917	54 627
Reservas de reavaliação	109 552	109 491
Reservas:		
Reservas legais	68 873	53 804
Outras reservas	350 102	240 901
Resultado líquido do exercício	503 177	310 279
<i>Total do capital próprio</i>	<u>2 472 179</u>	<u>2 081 660</u>
Interesses minoritários	3 869	8 839
Passivo:		
Dívidas a terceiros — a médio e a longo prazos	85 000	98 889
Dívidas a terceiros — curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	134 999	251 210
Fornecedores, c/c	556 685	406 982
Fornecedores — facturas em recepção e conferência	4 360	1 806
Fornecedores — títulos a pagar	37 059	20 503
(Restantes) accionistas (sócios)	1 553	1 803
Fornecedores de imobilizado, c/c	39 039	11 955
Estado e outros entes públicos	266 844	195 374
Outros credores	17 291	11 600
	<u>1 057 830</u>	<u>901 233</u>
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	111 492	103 114
Proveitos diferidos	712	2 083
	<u>112 204</u>	<u>105 197</u>
<i>Total do capital próprio e do passivo</i>	<u>3 731 082</u>	<u>3 195 818</u>

O Conselho de Administração: *Belmiro Mendes de Azevedo*, presidente — *José Joaquim Romão de Sousa*, administrador-delegado — *Benjamin Pinho dos Santos*, vogal. — O Técnico de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Demonstração consolidada dos resultados em 31 de Dezembro de 1994

CUSTOS E PERDAS

(Em milhares de escudos)

	1994	1993
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
Mercadorias	44 463	46 569
Matérias	2 318 332	1 679 357
Fornecimentos e serviços externos	554 439	503 635
Custos com o pessoal:		
Remunerações	535 300	509 356
Encargos sociais:		
Pensões	—	—
Outros	199 809	187 824
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	192 050	180 072
Provisões	29 362	25 742
Impostos	4 136	3 782
Outros custos e perdas operacionais	42 988	22 309
(A)	3 920 879	3 158 646
Perdas relativas a empresas associadas	—	4 588
Amortizações e provisões de aplic. e investimentos financeiros	—	—

(Em milhares de escudos)

	1994		1993	
Juros e custos similares:				
Relativos a empresas associadas	—		—	
Outros	132 319	132 319	190 507	190 507
(C)		4 053 198		3 353 711
Custos e perdas extraordinários		18 644		27 399
(E)		4 071 842		3 381 110
Imposto sobre o rendimento		202 300		117 900
(G)		4 274 142		3 499 010
Interesses minoritários		— 7 770		— 20 982
Resultado consolidado líquido do exercício		503 177		310 279
		4 769 549		3 788 307

PROVEITOS E GANHOS

	1994		1993	
Vendas:				
Mercadorias	52 964		35 274	
Produtos	4 397 214		3 527 017	
Prestações de serviços	19 204	4 469 382	92	3 562 383
Variação de produção		32 229		— 4 354
Trabalhos para a própria empresa		15 177		13 076
Proveitos suplementares	3 725		11 051	
Subsídios à exploração	—		1 040	
Outros proveitos e ganhos operacionais	—	3 725	—	12 091
(B)		4 520 513		3 583 196
Ganhos relativos a empresas associadas		116 896		91 354
Ganhos de participações de capital:				
Relativos a empresas associadas	—		—	
Outros	2 312		828	
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplic. financeiras:				
Relativos a empresas associadas	—		—	
Outros	1 681		—	
Outros juros e proveitos similares:				
Relativos a empresas associadas	—		—	
Outros	47 675	51 668	73 615	74 443
(D)		4 689 077		3 748 993
Proveitos e ganhos extraordinários		80 472		39 314
(F)		4 769 549		3 788 307
Resumo:				
Resultados operacionais (B) — (C) =		599 634		424 550
Resultados financeiros (D — B) — (C — A) =		36 245		— 29 268
Resultados Correntes (D) — (C) =		635 879		395 282
Resultados antes de impostos (F) — (E) =		697 707		407 197
Resultado consolidado com os interesses minoritários do exercício (F) — (G) =		495 407		289 297

O Conselho de Administração: *Belmiro Mendes de Azevedo*, presidente — *José Joaquim Romão de Sousa*, administrador-delegado — *Benjamin Pinho dos Santos*, vogal. — O Técnico de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 1994

	1994	
Actividades operacionais:		
Recebimento de clientes	4 233 242	
Pagamentos a fornecedores	2 774 946	
Pagamentos ao pessoal	729 208	
Fluxo gerado pelas operações	729 088	
Pagamento de imposto sobre o rendimento	146 673	
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	131 895	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	450 520	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	9 916	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	3 142	
<i>Fluxos das actividades operacionais</i>		<u>457 294</u>
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Imobilizações corpóreas	26 122	
Juros e proveitos similares	34 128	
Dividendos recebidos	22 780	83 030
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	34 874	
Imobilizações corpóreas	175 798	
Imobilizações incorpóreas	8 200	
Empréstimos concedidos	15 514	234 386
<i>Fluxos das actividades de investimento</i>		<u>(151 356)</u>
Actividades de financiamento:		
Recebimentos respeitante a:		
Aumentos de capital		2 795
Pagamentos respeitantes a:		
Amortização de contratos de locação financeira	5 515	
Juros e custos similares	100 040	
Dividendos pagos	112 251	
Empréstimos obtidos	130 385	348 191
<i>Fluxos das actividades de financiamento</i>		<u>(345 396)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes		(39 458)
Caixa e seus equivalentes em 1 de Janeiro de 1994		<u>200 126</u>
Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 1994		160 668

O Conselho de Administração: *Belmiro Mendes de Azevedo*, presidente — *José Joaquim Romão de Sousa*, administrador-delegado — *Benjamim Pinho dos Santos*, vogal. — O Técnico de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 1994

	1994	1993
Numerário	4 285	6 441
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	115 396	193 685
Títulos negociáveis	40 987	—
Caixa e seus equivalentes	<u>160 668</u>	<u>200 126</u>
Disponibilidades constantes do balanço	160 668	200 126

O Conselho de Administração: *Belmiro Mendes de Azevedo*, presidente — *José Joaquim Romão de Sousa*, administrador-delegado — *Benjamim Pinho dos Santos*, vogal. — O Técnico de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro de 1994

(Valores em contos)

I — Informações relativas às empresas incluídas na consolidação e outras:

1 — Empresas incluídas na consolidação firma:

Firma	Sede social	Porcentagem do capital detido	Condições de inclusão
Proholding — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.	Vila do Conde	Mãe	Mãe
Abiasa — Auxiliares Biotecnológicos, S. A.	Vila do Conde	54,88	(a)
Alfatrade — Comércio Internacional, S. A.	Vila do Conde	100,00	(a)
Corium — Produtos de Grande Consumo, S. A.	Vila do Conde	85,00	(a)
Epoli — Espumas de Polietileno, S. A.	Vila do Conde	79,26	(a)
Isar-Rakoll — Chemie Portuguesa, S. A.	Vila do Conde	100,00	(a)
Isar-Rakoll, S. A.(b)	Vila do Conde	100,00	(a)
Proadec — Materiais de Revestimento, S. A.	Vila do Conde	100,00	(a)
Proadec — Produtos Químicos, S. A.	Vila do Conde	100,00	(a)

(a) Alinea a), n.º 1, do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 238/91.

(b) Empresa adquirida em 23 de Dezembro de 1994.

2 — Empresas excluídas da consolidação:

Não aplicável.

3 — Empresas associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:

Firma	Sede social	Porcentagem do capital detido
Edging Plus, Inc.	Greensboro	50,00
Indasa — Indústria de Abrasivos, S. A.	Aveiro	34,45

4 — Empresas associadas não contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:

Firma	Sede social	Porcentagem do capital detido
DIF — Informação Cambial e de Mercados, S. A.	Porto	20,00

Não foi aplicado o método da equivalência patrimonial a esta participação, por se considerar materialmente irrelevante.

5 — Empresas objecto de consolidação proporcional:

Não aplicável.

6 — Empresas participadas:

Não aplicável.

7 — Numero médio de trabalhadores ao serviço durante o exercício das empresas incluídas na consolidação integral:

Quadros — 17;
Técnicos — 39;
Administrativos — 35;
Directos — 137.

II — Informações relativas a imagem verdadeira e apropriada:

8 — Casos em que as normas de consolidação não são suficientes:

Não aplicável.

9 — Excepções a aplicação da norma de consolidação:

Não aplicável.

III — Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

10 — Discriminação da rubrica diferenças de consolidação:

Diferenças de consolidação, calculadas de acordo com o estabelecido no ponto 13.7 do Plano Oficial de Contas:

Isar Rakoll Chemie Portuguesa, S. A.: 287 442 contos (saldo devedor).

Aquisições durante 1991:

Isar Rakoll Chemie Portuguesa, S. A.: 2182 contos (saldo devedor);
Corium — Manufatura de Couro para Calçado, S. A.: 11 701 contos (saldo devedor).

Aquisições durante 1992:

Alfatrade — Comércio Internacional, S. A.: 36 930 contos (saldo devedor).

Aquisições durante 1993:

Corium — Manufatura de Couro para Calçado, S. A.: 5533 contos (saldo devedor);
Epoli — Espumas de Polietileno, S. A.: 7525 contos (saldo devedor).

Aquisições durante o exercício:

Isar Rakoll, S. A.: 18 005 contos (saldo devedor).

11 — Derrogação ao princípio da consistência dos exercícios:

Não aplicável.

12 — Eliminações não efectuadas por materialmente irrelevantes:

Não aplicável.

13 — Demonstrações financeiras consolidadas reportadas a data diferente da empresa-mãe:

Não aplicável.

14 — Comparabilidade das demonstrações financeiras:

A composição do conjunto das empresas incluídas na consolidação não se alterou significativamente no decurso do exercício.

15 — Utilização de critérios valorimétricos diferentes dos fixados para a consolidação:

Não aplicável.

16 — Ajustamentos excepcionais feitos exclusivamente para fins fiscais — não aplicável.

17 — Diferenças de consolidação amortizadas para além de cinco anos — não aplicável.

18 — Contabilização das participações em associadas:

As participações em empresas associadas foram contabilizadas segundo o método da equivalência patrimonial.

19 — Contabilização das participações em associadas a custo de aquisição — não aplicável.

20 — Critérios valorimétricos das associadas diferentes dos utilizados na consolidação — não aplicável.

IV — Informações relativas a compromissos:

21 — Compromissos financeiros não evidenciados no balanço consolidado:

Não existem compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado.

22 — Responsabilidades por garantias prestadas — não aplicável.

V — Informações relativas a políticas contabilísticas:

23 — Critérios valorimétricos:

Os critérios valorimétricos utilizados foram os seguintes:

Imobilizado incorpóreo e corpóreo. — Custo de aquisição ou custo de produção ou valor resultante de reavaliações efectuadas ao abrigo da legislação fiscal.

Investimentos financeiros:

Partes de capital em empresas associadas — pelo método da equivalência patrimonial;
Títulos e outras aplicações financeiras — custo médio de aquisição.

Existências:

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo e mercadorias — custo médio de aquisição;
Produtos acabados e intermédios — custo médio de produção.

Dívidas de terceiros. — Operações em moeda estrangeira valorizadas ao câmbio da data da operação.

Dívidas a terceiros. — Operações em moeda estrangeira valorizadas ao câmbio da data da operação.

Os cálculos respeitantes aos ajustamentos tiveram como bases:

Amortizações:

Método das quotas constantes as taxas uniformes do grupo.

Provisões para cobranças duvidosas. — Saldos dos clientes considerados de cobrança duvidosa.

Provisões para depreciação de existências. — Valor das existências consideradas não conformes.

24 — Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa:

A cotação utilizada para conversão em escudos da equivalência patrimonial da nossa associada, foi a seguinte:

USD (câmbio médio) — 159 093.

25 — Despesas de instalação e despesas de investigação e desenvolvimento:

Rubricas	Saldo em 1 de Jan. de 1994	Aumentos	Saldo em 31 de Dez. de 1994
Despesas instalação	122 810	3 885	126 695
Despesas de investigação e desenvolvimento	10 324	4 410	14 734
	133 134	8 295	141 429

26 — Amortização da rubrica trespasses para além de cinco anos — não aplicável.

27 — Movimentos das rubricas do activo imobilizado:

Activo bruto:

Rubricas	Saldo em 1 de Jan. de 1994	Reava- liações	Aumentos	Alienações	Transfe- rências e abates	Saldo em 31 de Dez. de 1994
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas instalação	122 810	—	1 906	—	1 979	126 695
Despesas de investigação e desenvolvimento	10 324	—	4 410	—	—	14 734
Propriedade industrial e outros direitos	4 793	—	1 884	—	—	6 677
Diferenças de consolidação	63 871	—	18 005	—	—	81 876
	201 798	—	26 205	—	1 979	229 982
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	84 599	—	—	—	—	84 599
Edifícios e outras construções	733 651	—	1 848	—	13 004	748 503
Equipamento básico	1 080 177	—	28 125	38 608	64 599	1 134 293
Equipamento de transporte	116 817	—	70 626	41 902	99	145 640
Ferramentas e utensílios	28 897	—	4 485	100	1 340	34 622
Equipamento administrativo	135 365	—	23 722	829	13 543	171 801
Outras imobilizações corpóreas	13 954	—	3 482	334	— 222	16 880
Imobilizações em curso	14 102	—	64 046	—	— 68 825	9 323
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	1 746	—	5 445	—	— 1 070	6 121
	2 209 308	—	201 779	81 773	22 468	2 351 782

Rubricas	Saldo em 1 de Jan. de 1994	Reava- liações	Aumentos	Alienações	Transfe- rências e abates	Saldo em 31 de Dez. de 1994
Investimentos financeiros:						
Partes capital empresas associadas	386 117	—	—	—	95 714	481 831
Títulos e outras aplicações financeiras	94 491	—	15 500	—	—	109 991
	<u>480 608</u>	<u>—</u>	<u>15 500</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>591 822</u>

Amortizações e provisões:

Rubricas	Saldo em 1 de Jan. de 1994	Reava- liações	Aumentos	Alienações	Transfe- rências e abates	Saldo em 31 de Dez. de 1994
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas instalação	78 137	—	17 631	—	1 361	97 129
Despesas de investigação e desenvolvimento	10 150	—	174	—	—	10 324
Propriedade industrial e outros direitos	1 933	—	1 330	—	—	3 263
Diferenças de consolidação	23 102	—	12 775	—	—	35 877
	<u>113 322</u>	<u>—</u>	<u>31 910</u>	<u>—</u>	<u>1 361</u>	<u>146 593</u>

Imobilizações corpóreas:

Terrenos e recursos naturais	—	—	—	—	—	—
Edifícios e outras construções	247 955	—	14 429	—	—	262 384
Equipamento básico	658 284	—	101 754	21 941	— 226	737 871
Equipamento de transporte	90 813	—	23 277	35 219	1 489	80 360
Ferramentas e utensílios	26 650	—	2 845	75	230	29 650
Equipamento administrativo	73 541	—	15 006	462	6 036	94 121
Outras imobilizações corpóreas	7 508	—	2 829	416	—	9 921
	<u>1 104 751</u>	<u>—</u>	<u>160 140</u>	<u>58 113</u>	<u>7 529</u>	<u>1 214 307</u>

Investimentos financeiros:

Títulos e outras aplicações financeiras	54 125	—	—	—	— 39 864	14 261
---	--------	---	---	---	----------	--------

28 — Custos financeiros capitalizados no exercício:

Não aplicável.

29 — Amortizações e provisões extraordinárias exclusivamente efectuadas para fins fiscais:

Não aplicável.

30 — Diferenças entre os custos dos elementos do activo circulante e respectivos preços de mercado:

Não aplicável.

31 — Atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado:

Não aplicável.

32 — Provisões extraordinárias:

Não aplicável.

33 — Dívidas a terceiros para além de cinco anos:

Não aplicável.

34 — Montante das dívidas a terceiros cobertas por garantias:

Empréstimos bancários de médio prazo — 8889 contos;
Penhor mercantil associado — 104 892 contos.

35 — Diferenças entre as importâncias das dívidas a pagar e correspondentes quantias arrecadadas:

Não aplicável.

36 — Repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços:

Vendas do mercado interno — 2 680 846 contos;

Vendas do mercado externo — 1 769 332 contos;
Prestações de serviços — 19 204 contos.

37 — Efeitos no resultado consolidado de critérios valorimétricos utilizados com vista a obter vantagens fiscais:

Não aplicável.

38 — Impostos diferidos:

Não existem diferenças materialmente relevantes entre os impostos imputados a demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios.

39 — Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da empresa-mãe:

Assembleia geral — nada a referir;
Conselho de administração — nada a referir;
Conselho fiscal (ROC) — 1180 contos.

40 — Adiantamentos e empréstimos concedidos aos membros dos órgãos sociais da empresa-mãe:

Não aplicável.

41 — Diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas:

As reavaliações do imobilizado corpóreo basearam-se nos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º 430/78, de 27 de Dezembro; Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho; Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de Dezembro; Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio; Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril; Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro; Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro.

42 — Reavaliações:

Rubricas	Custos históricos	Reavaliações	Valores contabilísticos reavaliados
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	43 485	41 114	84 599
Edifícios e outras construções	346 676	139 443	486 119
Equipamento básico	374 145	22 277	396 422
Equipamento de transporte	65 037	243	65 280
Ferramentas e utensílios	4 711	261	4 972
Equipamento administrativo	73 847	3 833	77 680
Outras imobilizações corpóreas	6 844	115	6 959
	<u>914 745</u>	<u>207 286</u>	<u>1 122 031</u>

43 — Comparabilidade dos exercícios — não aplicável.

44 — Demonstração consolidada dos resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS

	1994	1993
Juros suportados	46 248	93 694
Diferenças de câmbio desfavoráveis	26 492	32 835
Descontos de por proveitos concedidos	47 108	47 257
Outros custos e perdas financeiras	12 471	16 721
Perdas relativas e empresas associadas	—	4 558
Resultados financeiros	36 245	— 29 268

PROVEITOS E GANHOS

	1994	1993
Juros obtidos	20 085	18 709
Rendimentos participação de capital	2 312	828
Diferenças de câmbio favoráveis	15 586	42 582
Descontos por proveitos obtidos	8 365	7 288
Ganhos relativos a empresas associadas	116 896	91 354
Outros proveitos ganhos financeiros	5 320	5 036

45 — Demonstração consolidada dos resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

	1994	1993
Donativos	299	305
Dívidas incobráveis	2 111	1 068
Perdas em imobilizações	13 150	1 659
Multas e penalidades	125	55
Correcções relativas a exercícios anteriores	795	698
Outros custos e perdas extraordinários	2 164	23 614
Resultados extraordinários	61 828	11 915

PROVEITOS E GANHOS

	1994	1993
Restituição de impostos	302	911
Ganhos em imobilizações	18 956	1 247
Benefícios de penalidades contratuais	126	426
Redução de amortizações e provisões	47 242	7 234
Correcções relativas a exercícios anteriores	3 291	3 072
Outros proveitos e ganhos extraordinários	10 555	26 424

46 — Desdobramento das contas de provisões e movimentos ocorridos no exercício:

Contas	Saldo em 1 de Jan. de 1994	Aumentos	Reduções	Saldo em 31 de Dez. de 1994
Provisões para cobranças duvidosas	61 542	27 170	—	88 712
Provisões para depreciação de existências	24 048	2 192	7 377	18 863
Provisões para investimentos financeiros	54 125	—	39 864	14 261

47 — Locação financeira:

Bens utilizados:

Equipamento administrativo — 12 070 contos.

48 — Dívidas tituladas não evidenciadas no balanço — não aplicável.

O Conselho de Administração: *Belmiro Mendes de Azevedo*, presidente — *José Joaquim Romão de Sousa*, administrador-delegado — *Benjamim Pinho dos Santos*, vogal. — O Técnico de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinamos as demonstrações financeiras anexas da Proholding — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 1994, a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, documentos que evidenciam um total de balanço de 2 246 754 contos, e um total de capital próprio de 2 197 410 contos, incluindo um resultado líquido de 189 883 contos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame inclui:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na preparação das demonstrações;

A apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade;

A apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

6 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da empresa em 31 de Dezembro de 1994 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

7 — *Ênfase*. — Sem afectar a opinião expressa no ponto anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

7.1 — A empresa não utilizou o método da equivalência patrimonial para as participações financeiras, conforme mencionado no ponto 1 do anexo às contas.

Vila do Conde, 21 de Fevereiro de 1995. — *Velosa, Nadais & Associados*, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Paulo Manuel Carvalho da Silva*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do conselho fiscal

1 — Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram submetemos à apreciação dos accionistas o nosso relatório e parecer sobre o relatório e contas do conselho de administração da Proholding — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1994.

2 — Acompanhamos a actividade da empresa durante o exercício, nomeadamente, em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais.

3 — Os termos da certificação legal das contas e do relatório anual de fiscalização emitidos pela sociedade de revisores oficiais de contas foram ponderados e, por merecerem a nossa concordância, são assumidos como parte integrante do presente relatório.

4 — Em face do exposto, relevando as conclusões da sociedade de revisores oficiais de contas, e não tendo conhecimento de violação da lei e dos estatutos, somos de parecer que a assembleia geral anual aprove:

a) O relatório do conselho de administração, bem como as contas por este apresentadas;

b) A proposta do conselho de administração quanto à aplicação de resultados.

Vila do Conde, 21 de Fevereiro de 1995. — O Conselho Fiscal: *Abílio Mendes de Azevedo*, presidente — *Maria José Durán Monteiro*, vogal — *Paulo Manuel Carvalho da Silva*, vogal.

Relatório do auditor externo

1 — *Introdução*. — Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 341.º do Código do Mercado de Valores Mobiliários apresentamos o nosso relatório de auditoria das contas e situação financeira, que incide sobre a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas da empresa Proholding — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. Estes documentos compreendem o relatório de gestão, o balanço em 31 de Dezembro de 1994 (que evidencia um total de 2 246 754 contos e um total de capital próprio de 2 197 410 contos, incluindo um resultado líquido de 189 883 contos), a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data, o anexo ao balanço e à demonstração de resultados e a demonstração dos fluxos de caixa e respectivo anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade da administração da empresa a preparação dos documentos de prestação de contas, incluindo demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira, designadamente no que respeita à suficiência, veracidade,

objectividade e actualidade, com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente sobre essa informação, baseada na nossa auditoria.

4 — *Âmbito*. — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes. Para tanto, a referida auditoria inclui:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;

A apreciação da adequação das políticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade;

A apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — A nossa opinião abrange ainda o relatório de gestão, tendo o nosso trabalho incluído a verificação da sua concordância com a informação financeira constante dos restantes documentos de prestação de contas.

6 — Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião sem reservas com ênfases*. — Em nossa opinião, a informação financeira constante dos mencionados documentos de prestação de contas apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da empresa em 31 de Dezembro de 1994 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites satisfaz os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

8 — *Ênfase*. — Sem afectar a opinião expressa no ponto anterior, chamamos a atenção para a situação seguinte:

A empresa não utilizou o método estabelecido pela directriz contabilística n.º 9, conforme o esclarecimento constante da nota n.º 1 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, em virtude de apresentar contas consolidadas.

Porto, 21 de Fevereiro de 1995. — Assunção, Oliveira e Sá e Cambão, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por António Alípio de Oliveira e Sá, revisor oficial de contas.

Acta n.º 6 da assembleia geral

Aos 31 dias do mês de Março de 1995, pelas 15 horas, reuniu na sede social sita no Mindelo, 4480 Vila do Conde, a assembleia geral anual da ProHolding — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.

A ordem do dia, os jornais e o *Boletim da Bolsa de Valores de Lisboa* contendo as publicações dos avisos convocatórios, a lista de presenças, os documentos, relatórios e propostas submetidas à assembleia geral, nomeadamente os relatórios de gestão, balanço e restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 1994, o relatório e parecer do conselho fiscal, o relatório anual e a certificação legal de contas do revisor oficial de contas, relativos às contas consolidadas e não consolidadas, bem como a proposta de aplicação de resultados, foram arquivados em pasta própria, que se deve considerar anexada à presente acta, nos termos do artigo 63.º do Código das Sociedades Comerciais.

Encontravam-se presentes ou representados os accionistas identificados na lista de presenças que, na sua totalidade, detinham 1 378 995 acções, assim como os membros do conselho de administração e do conselho fiscal.

A mesa da assembleia geral era constituída pelos seus membros: Dr. Eduardo Verde Pinho, presidente; Dr. Pedro Sérgio Santos, vice-presidente, e de Maria da Graça Castro Osório da Fonseca, secretária.

Verificado que se achavam satisfeitas todas as condições legais e estatutárias necessárias ao regular funcionamento da assembleia geral, nomeadamente, a existência de quórum constitutivo e deliberativo, o

presidente da mesa declarou aberta a sessão, tendo sido dado início à leitura dos documentos apresentados pelo conselho de administração referentes ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 1994.

Lidos e discutidos que foram, tomou a palavra o eng. José Joaquim Romão de Sousa que, na qualidade de administrador-delegado, apresentou a seguinte proposta:

O conselho de administração da ProHolding — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., propõe que sejam aprovados o seu relatório de gestão, balanço e contas e seus anexos do exercício de 1994, conforme constam dos documentos depositados e aqui apresentados.

De seguida, e como nenhum accionista desejasse usar da palavra, o presidente da mesa colocou a proposta em votação, tendo aquela sido aprovada por unanimidade.

Proclamado o resultado da votação, passou-se à apreciação do ponto 2 da ordem do dia, tendo, de novo, sido dada a palavra ao eng. Romão de Sousa, que apresentou a seguinte proposta de aplicação de resultados:

O conselho de administração da ProHolding — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., propõe à assembleia geral, nos termos legais e estatutários, a distribuição de um dividendo ílquido a cada uma das 1 600 000 acções que a ele têm direito. Nestes termos, é a seguinte a sua proposta de aplicação de resultados, que depois de constituída a provisão para impostos, ascendem a 198 882 559\$30:

Reserva legal — 9 495 000\$;
Dividendos — 144 000 000\$;
Reserva livres — 36 387 559\$30.

Posta a proposta em discussão, e não se tendo verificado qualquer pedido de esclarecimento, foi aquela de imediato posta em votação. Processada, foi a proposta aprovada unanimemente pelos accionistas naqueles exactos termos.

Proclamado o resultado daquela votação, entrou-se na análise do ponto 3, tendo, de novo, tomado a palavra o eng. Romão de Sousa, que na qualidade de administrador-delegado, apresentou a seguinte proposta:

O conselho de administração da ProHolding — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., propõe, nos termos do artigo 508.º-A do Código das Sociedades Comerciais, que sejam aprovados o seu relatório consolidado de gestão, o balanço consolidado, a demonstração consolidada e o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados, todos relativos ao exercício de 1994, conforme constam dos documentos depositados e aqui apresentados.

Admitida e processada, foi aquela proposta votada favoravelmente pelos accionistas presentes, tendo sido aprovada.

Proclamado o resultado da votação, o presidente da mesa deu por encerrado o ponto 3, tendo dado início à apreciação do ponto 4 da ordem do dia e apresentado a seguinte proposta:

Proponho que seja conferido um voto de louvor e confiança aos conselhos de administração e fiscal da sociedade e respectivos membros.

Admitida a proposta e não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, foi a mesma colocada em votação, obtendo os votos favoráveis dos accionistas presentes ou representados.

Entrou-se, então, no ponto 5 da ordem do dia, tendo sido lida à assembleia uma proposta subscrita pela accionista Figest, S. A., com o seguinte teor:

Figest — Gestão de Participações Financeiras, Sociedade de Controlo, S. A., propõe que os órgãos sociais da ProHolding — SGPS, S. A., no quadriénio 1995-1998, tenham a seguinte composição:

Assembleia geral:

Eduardo António Salvador Verde Rodrigues Pinho, presidente.
Pedro Sérgio da Silva Palmeira dos Santos, vice-presidente.
Maria da Graça Castro Osório da Fonseca, secretária.

Conselho de administração:

Belmiro Mendes de Azevedo, presidente.
José Joaquim Romão de Sousa, administrador-delegado.
Benjamim Pinho dos Santos, vogal.

Conselho fiscal:

Abílio Mendes de Azevedo, presidente.

Maria José Durán Monteiro, vogal.

Paulo Manuel Carvalho da Silva, vogal.

Velosa, Nadais & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Paulo Manuel Carvalho da Silva, revisor oficial de contas.

Óscar Quinta & Canedo da Mota, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Óscar José Alçada da Quinta, revisor oficial de contas.

Admitida e processada, foi aquela proposta votada com os votos favoráveis dos accionistas presentes, sendo, portanto, aprovada.

Finalmente, entrou-se no ponto 6 da ordem do dia, tendo sido lida aos accionistas uma proposta dimanada do conselho de administração com o seguinte teor:

Considerando:

a) A possibilidade que as SGPS passaram a ter, após a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 318/94, de 24 de Dezembro, de adquirir acções próprias;

b) A necessidade de dotar o conselho de administração da Pro-Holding — SGPS, S. A., dos meios legais que lhe possibilitem intervir no mercado de valores mobiliários.

Propõe este conselho de administração que se delibere:

1) Adquirir, nos próximos 12 meses, através da Bolsa de Valores, acções próprias, até ao limite de 10% do capital social, por um preço não inferior ao valor nominal das acções e não superior a 5000\$;

2) Conferir poderes ao conselho de administração para proceder às referidas aquisições, se entender oportuno e no momento que julgue mais adequado;

3) Alienar, nos próximos 18 meses, através da Bolsa de Valores, as acções próprias adquiridas nos termos e condições acima enunciados, por um preço não inferior ao respectivo custo médio de aquisição;

4) Conferir poderes ao conselho de administração para proceder às referidas alienações, se entender oportuno e no momento que julgue mais adequado.

Admitida e processada, foi aquela proposta aprovada por todos os accionistas presentes ou representados nos exactos termos em que foi formulada.

Esgotada a ordem do dia e nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, dela se lavrando a presente acta que, depois de lida, vai ser assinada pelos membros da mesa da assembleia geral em sinal de conformidade.

(Sem assinaturas.)

3000193308

II SÉRIE



Depósito legal n.º 8815/85 ISSN 0870-9963

AVISO

Os actos enviados para publicação no *Diário da República* devem ser autenticados nos termos da alínea a) do n.º 2 do Despacho Normativo n.º 38/2006, de 30 de Junho, ou respeitar os requisitos técnicos de autenticação definidos pela INCM, nos formulários de edição de actos para publicação, conforme alínea b) do n.º 2 do mesmo diploma.

Transitoriamente, até 31 de Dezembro de 2006, poderá ser observado o previsto nos n.ºs 6.6 e 6.7 do mesmo diploma.

Os prazos de reclamação das faltas do *Diário da República* são de 30 dias a contar da data da sua publicação.

**Diário da República Electrónico: Endereço Internet: <http://dre.pt>
Correio electrónico: dre@incm.pt • Linha azul: 808 200 110 • Fax: 21 394 5750**

LIVRARIAS

- Loja do Cidadão (Aveiro) Rua de Orlando Oliveira, 41 e 47 — 3800-040 Aveiro Forca Vouga
Telef. 23 440 58 49 Fax 23 440 58 64
- Avenida de Fernão Magalhães, 486 — 3000-173 Coimbra
Telef. 23 985 64 00 Fax 23 985 64 16
- Rua da Escola Politécnica, 135 — 1250-100 Lisboa
Telef. 21 394 57 00 Fax 21 394 57 58 Metro — Rato
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B — 1050-148 Lisboa
Telef. 21 330 17 00 Fax 21 330 17 07 Metro — S. Sebastião
- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099-002 Lisboa
Telef. 21 383 58 00 Fax 21 383 58 34
- Rua de D. Filipa de Vilhena, 12 — 1000-136 Lisboa
Telef. 21 781 07 00 Fax 21 781 07 95 Metro — Saldanha
- Loja do Cidadão (Lisboa) Rua de Abranches Ferrão, 10 — 1600-001 Lisboa
Telef. 21 723 13 70 Fax 21 723 13 71 Metro — Laranjeiras
- Avenida de Roma, 1 — 1000-260 Lisboa
Telef. 21 840 10 24 Fax 21 840 09 61
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 — 4050-294 Porto
Telef. 22 339 58 20 Fax 22 339 58 23
- Loja do Cidadão (Porto) Avenida de Fernão Magalhães, 1862 — 4350-158 Porto
Telef. 22 557 19 27 Fax 22 557 19 29

Preço deste número (IVA incluído 5%)

€ 10,08



Toda a correspondência sobre assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Departamento Comercial, Sector de Publicações Oficiais, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, 1099-002 Lisboa